



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

IVANILDO OLIVEIRA BARBOSA FILHO
LUANNA CASSIA DOS SANTOS MELO

**“TEM GENTE COM FOME, DÁ DE COMER!”: resistências coletivas ao aumento da
fome em tempos de pandemia da Covid-19 em Pernambuco**

Recife
2022

IVANILDO OLIVEIRA BARBOSA FILHO
LUANNA CASSIA DOS SANTOS MELO

**“TEM GENTE COM FOME, DÁ DE COMER!”: resistências coletivas ao aumento da
fome em tempos de pandemia da Covid-19 em Pernambuco**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito para obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social.

Orientador (a): Profa. Dra. Soraia de Carvalho

Recife
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Barbosa Filho, Ivanildo Oliveira.

"TEM GENTE COM FOME, DÁ DE COMER!": resistências coletivas ao aumento da fome em tempos de pandemia da Covid-19 em Pernambuco / Ivanildo Oliveira Barbosa Filho, Luanna Cassia dos Santos Melo. - Recife, 2022.

68 : il., tab.

Orientador(a): Soraia de Carvalho

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social - Bacharelado, 2022.

1. Fome. 2. Movimentos Sociais. 3. Covid-19. 4. Questão Racial. I. Melo, Luanna Cassia dos Santos. II. Carvalho, Soraia de. (Orientação). III. Título.

360 CDD (22.ed.)

IVANILDO OLIVEIRA BARBOSA FILHO

LUANNA CASSIA DOS SANTOS MELO

“TEM GENTE COM FOME, DÁ DE COMER!”: resistências coletivas ao aumento da fome em tempos de pandemia da Covid-19 em Pernambuco

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Recife, ____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Soraia de Carvalho (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Dra. Flávia da Silva Clemente (Examinadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Dedicamos as nossas mães, mulheres negras que sempre lutaram pelo direito à educação e a todas aquelas que vieram antes de nós.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é dedicado aos nossos pais que foram os maiores incentivadores dos nossos estudos. Agradecemos também ao pequeno quilombo de amigos formados na universidade, Leonardo Soares, Gabriella Cavalcante, Vanessa Ferreira, Luara Martins, Luiz de Oliveira Matheus Vinycius, Suzana Santos, Renata Uchôa e á todos os outros que constroem o Diretório Acadêmico de Serviço Social.

Agradecemos também a todos os professores e professoras envolvidos em nossa trajetória acadêmica, em especial, Soraia de Carvalho, que deu todo suporte necessário para realização deste trabalho. Também as professoras Evelyne Medeiros, Flávia Clemente, Tatiane Melo pelo apoio durante os processos de pesquisa.

Agradecemos também ao projeto Mãos Solidárias e a todos os seus militantes que fizeram parte desse projeto. Também agradecemos a todas as mulheres que compõem a Horta Dandara e constróem um espaço acolhedor e de luta pela vida.

Agradecemos também a Neiva, Gisella, Betânia e Cintya supervisoras de estágio que contribuíram na formação profissional.

E a todas as pessoas que constroem o movimento de reforma agrária e agroecologia do Brasil.

Tem gente com fome

*Trem sujo da Leopoldina
correndo correndo
parece dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome*

Piiiiii

[...]

*Tantas caras tristes
querendo chegar
em algum destino
em algum lugar
Trem sujo da Leopoldina
correndo correndo
parece dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome
Só nas estações
quando vai parando
lentamente começa a dizer
se tem gente com fome
dá de comer
se tem gente com fome
dá de comer
se tem gente com fome
dá de comer
Mas o freio de ar
todo autoritário
manda o trem calar
Psiuuuuuuuuuuuu*

(Solano Trindade, 1988)

RESUMO

A presente monografia aborda a fome como expressão da questão social agravada diante da pandemia da Covid-19 e como a solidariedade de classe esteve presente como forma de enfrentamento para o combate à insegurança alimentar. Temos, portanto, como objetivo identificar as formas de resistência elaboradas pelos movimentos sociais e sociedade civil organizada no estado de Pernambuco. O estudo é fundamentado no método materialista histórico dialético, da teoria marxista. Desse modo, buscando tratar da relação entre gênero, classe e raça presentes na questão do aumento da fome durante a pandemia e as alternativas criadas para combater essa problemática. Utilizaremos pesquisas bibliográficas de autores como Maria Lúcia Duriguetto que trazem importantes reflexões sobre Estado, Classes Sociais e Movimentos Sociais. Também analisaremos estudos de Octavio Ianni, Clóvis Moura, Marcelo Badaró, Heleieth Saffioti que são pesquisadores que pensam o desenvolvimento do capitalismo brasileiro através do impacto do regime escravocrata e de atrasos do sistema socioeconômico gerados pelas deficiências na industrialização, educação e desenvolvimento. Por fim, a presente pesquisa apontou as ações realizadas pelos movimentos sociais e sociedade civil organizada na distribuição de alimentos na pandemia, além da importância do tema para a compreensão da realidade brasileira e suas particularidades regionais para o reconhecimento sócio-histórico e intervenções das/dos assistentes sociais.

Palavras-chave: Fome; Movimentos Sociais; Covid-19; Questão Racial.

ABSTRACT

This monograph addresses hunger as an expression of the social issue aggravated in the face of the Covid-19 pandemic and how class solidarity was present as a way of coping with the fight against food insecurity. We therefore aim to identify the resistance alternatives developed by social movements and organized civil society in the state of Pernambuco. The study is based on the dialectical historical materialist method of Marxist theory. In this way, seeking to address the relationship between gender, class and race present in the issue of increased hunger during the pandemic and the alternatives created to combat this problem. We will use bibliographic research by authors such as Maria Lúcia Duriguetto who bring important reflections on the State, Social Classes and Social Movements. We will also analyze studies by Octavio Ianni, Clóvis Moura, Marcelo Badaró, Heleieth Saffioti who are researchers who think about the development of Brazilian capitalism through the impact of the slave regime and delays in the socioeconomic system generated by deficiencies in industrialization, education and development. Finally, the present research pointed out the actions carried out by social movements and organized civil society in the distribution of food in the pandemic, in addition to the importance of the theme for the understanding of the Brazilian reality and its regional particularities for the socio-historical recognition and interventions of / of the social workers.

Keywords: Hunger; Social Movements; Covid-19; Racial Question.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Cartilha Agentes Populares de Saúde	49
Figura 2	Horta Dandara	54
Figura 3	Entrega de carta de reivindicações aos representantes da Câmara de vereadores do Recife	56
Figura 4	“Ato nacional por comida e por vacina, auxílio emergencial já!”	57
Figura 5	Formação de Agentes Populares de Saúde na comunidade Bondade de Deus 2 - Camaragibe	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	redução orçamentária de programas e metas do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) 2014/2018	38
----------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ALEPE	Assembleia Legislativa de Pernambuco
ANEPE	Articulação Negra de Pernambuco
APN	Agentes de Pastoral Negros
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CCN	Centro de Convivência Negra
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUFA	Central Única das Favelas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FAO	Alimentação e a Agricultura
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FUP	Federação Única dos Petroleiros
IA	Insegurança Alimentar
IAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGF	Índice Global da Fome
INNPd	Iniciativa Negra por Uma Nova Política Sobre Drogas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IROHIN	Centro de Documentação, Comunicação e Memória Afro-brasileira
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MCP	Movimento Camponês Popular
MNU	Movimento Negro Unificado
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MTD	Movimento dos Trabalhadores por Direito
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
PIB	Produto Interno Bruto
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RENAFRO	Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras e Saúde
RMR	Região Metropolitana do Recife
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SINTEPE	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco
SUS	Sistema Único de Saúde
UNEAFRO	União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora
UNEGRO	União de Negros pela Igualdade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CAPITALISMO, FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E MOVIMENTOS SOCIAIS	22
2.1	FOME NO CAPITALISMO	22
2.2	AS RESISTÊNCIAS CONTRA A EXPLORAÇÃO, MISÉRIA E FOME	26
2.3	RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS	32
3	CRISE ECONÔMICA, CONTRARREFORMAS E O AUMENTO DA FOME	35
4	AÇÕES DE COMBATE À FOME DESENVOLVIDAS POR MOVIMENTOS SOCIAIS EM PERNAMBUCO, SOB A PANDEMIA DA COVID-19	44
4.1	MAPEAMENTO DAS AÇÕES DE COMBATE À FOME EM PERNAMBUCO	44
4.2	MÃOS SOLIDÁRIAS: “O POVO CUIDANDO DO POVO”	46
4.3	HORTA DANDARA - CENTRO SABIÁ	53
4.4	COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS: “TEM GENTE COM FOME, DÁ DE COMER!”	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

A fome é um problema histórico no Brasil e no mundo e durante a pandemia da Covid-19 se agrava o debate sobre insegurança alimentar que atinge grande parte dos brasileiros inseridos em um contexto de crise política, social, econômica e sanitária. Ficam expostas diversas problemáticas já presentes na sociedade brasileira mas que se agravam na atual realidade e diante disso surgem as questões sobre o aumento da fome no estado de Pernambuco e como as famílias pobres e periféricas, sobretudo negras, são atingidas pela fome.

O descaso governamental diante do aumento da pobreza e do auxílio emergencial, programa de renda mínima aos mais vulneráveis durante a pandemia, fez com que a sociedade civil se mobilizasse e criasse formas de combate à fome através da agricultura familiar rural e urbana além das doações de alimentos e cartão alimentação nas comunidades periféricas e diversas formas de geração de renda como produção de máscaras entre outros.

A delimitação do tema se deu através do contato com o movimento estudantil durante o ensino médio e posteriormente com a universidade possibilitou a aproximação com movimentos sociais. Diante do processo da graduação tivemos contato com pesquisa e extensão com proximidade ao tema, em especial sendo bolsista extensionista do projeto de extensão ‘Mãos Solidárias’ e ‘Periferia Viva’ - a Universidade no enfrentamento à Covid-19 e em defesa da vida do povo; Programa Mãos Solidárias na comunidade: agentes populares no apoio à comunidades em meio à pandemia onde obtivemos o contato com os movimentos sociais do campo e da cidade em especial o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra entre outros em campanha de solidariedade e na distribuição de alimentos durante a pandemia da Covid-19 e bolsista FACEPE na pesquisa Conversando com mulheres negras periféricas e seus desafios à sobrevivência com ação na comunidade de Peixinhos localizada em Olinda através da agricultura familiar liderado por mulheres negras. É de extrema importância na formação profissional o contato com os movimentos sociais pois através da Diretrizes Curriculares, o Projeto ético-político do Serviço Social, a Lei da Regulamentação da Profissão e o Código de Ética ressalta a relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Também com a observação do aumento da fome nos últimos anos, principalmente no contexto de pandemia. Sendo assim, a escolha do título “Tem Gente Com Fome, Dá de Comer!” em homenagem ao poeta pernambucano Solano Trindade. Solano Trindade foi um poeta brasileiro, folclorista, pintor, ator, teatrólogo, cineasta e militante do Movimento Negro

e do Partido Comunista que através dos seus poemas retradava a questão social e realidade brasileira.

A monografia se deu pela necessidade de expor as problemáticas existentes na política de segurança alimentar e na não efetividade das atuais políticas de distribuição de renda. Também pontuamos que a problemática da insegurança alimentar está interligada com diversas outras, como saúde, mercado de trabalho e também habitação que atingem diretamente a população negra. A autora Carolina de Jesus no seu livro Quarto de despejo traz relatos onde observa-se como a questão da insegurança alimentar sempre esteve presente na realidade brasileira, sobretudo nas famílias chefiadas por mulheres negras.

(...) e no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Eram 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de maio de 1858 eu lutava contra a escravidão atual – a fome! (JESUS, 1960, p. 27)

Diante disso, a fome no Brasil ainda se faz presente. Segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, elaborado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), 2018 a 2020, o número de pessoas passando fome subiu de 10,3 milhões para 19,1 milhões. Em 2021, quase 117 milhões de pessoas vivem algum grau de privação de comida em território nacional. Isso inclui quem não tem acesso aos alimentos ou quem só consegue adquirir produtos de má qualidade, ultraprocessados e não naturais, que são mais baratos. A alta dos preços já ultrapassa 30% em 2021.

Já em 2022 a fome continua a aumentar no Brasil. Os dados da Penssan em sua segunda edição, o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN) analisa dados coletados entre novembro de 2021 e abril de 2022, a partir da realização de entrevistas em 12.745 domicílios, em áreas urbanas e rurais de 577 municípios, distribuídos nos 26 estados e Distrito Federal. A Segurança Alimentar e a Insegurança Alimentar foram medidas pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) mostrando que só 4 entre 10 famílias conseguem acesso pleno à alimentação. Em 2022, 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer. São 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome em pouco mais de um ano. Os dados da Penssan mostram que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome).

No Brasil, a segurança alimentar é um direito social fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, por meio da Emenda Constitucional 64/2010, que inclui a

alimentação no artigo 6º. O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se consagrou pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) definida como a realização do direito de todos os cidadãos ao acesso a alimentos de maneira regular e saudável, de modo que a garantia desse direito não afete as demais necessidades essenciais, respeitando a diversidade cultural e que seja sustentável do ponto de vista ambiental, econômico e social. De modo que a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) no Brasil compreende-se como a falta de acesso a uma alimentação adequada, condicionada, predominantemente, às questões de renda. A insegurança alimentar é uma questão que merece uma atenção especial, pois sempre existiu, mas vem se acentuando por três fatores principais, sendo: o racismo, este em seu formato estrutural, implica na falta de emprego para a população negra e na negação de direitos, o que dificulta essa população o acesso a direitos básicos, como a política de segurança alimentar; aumento dos produtos alimentícios mais utilizados.

Bezerra aborda sobre a concentração e centralização da terra e da riqueza e como isso afeta na distribuição de alimentos e ao aumento da fome

A concentração e a centralização da terra e da riqueza afetam e comprometem substancialmente a soberania nacional, gerando reação por parte de amplos setores da sociedade e não apenas dos camponeses. O processo de concentração e centralização se alarga para as redes de distribuição de supermercados, eliminando o comércio local e as várias formas de geração de renda das populações, com sérias consequências sociais. Além disso, os altos preços dos produtos agravam o problema da fome no mundo, configurando um contexto em que nunca se produziu tanto e nunca houve tantas pessoas passando fome (BEZERRA, 2015, p. 142).

Visto que de acordo com a pesquisa intitulada "Impactos primários e secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes" da UNICEF realizada pelo Ibope Inteligência, quase 50% da população brasileira mudaram, para pior, os hábitos alimentares por conta do aumento do valor de produtos mais utilizados – como alimentos de origem animal, cereais, açúcar e óleo – causado pela maior entrada de dólares no mercado nacional e pela desvalorização da moeda brasileira junto a incertezas políticas. Diante disso, a problemática da fome se dá através dos problemas econômicos e sociais. Para Arcoverde, “os problemas econômicos (elevação de preços e crise da agricultura) e sociais (carências e insatisfações), acumulados no tempo, questionam e põem em xeque a capacidade de governos, partidos políticos, movimentos sociais e meios acadêmicos de explicar, diagnosticar e, sobretudo, enfrentar de maneira consistente a questão social que não se limita ao plano da mera eficiência da gestão da coisa pública, ou da crise do Estado Providência, mas que é inerente à própria crise de acumulação” (ARCOVERDE, 2007, p. 110).

A população negra enfrenta em maior número a insegurança alimentar e também o desemprego no Brasil. Além das mulheres negras, está ocupando em maior parte os trabalhos informais, sobretudo nos trabalhos domésticos. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada no quarto trimestre de 2020, os negros representam 72,9% dos desocupados do país, de um total de 13,9 milhões de pessoas nessa situação. De acordo com o levantamento, 11,9% dos sem ocupação são pretos e 50,1%, pardos (IBGE, 2020).

Em Pernambuco diversos movimentos sociais e organizações populares criaram alternativas de enfrentamento para combater a fome, dentre elas a solidariedade. Segundo o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), a solidariedade deve fazer parte de um projeto político transformador em que a classe trabalhadora busca, através da sua organização e luta, conquistar uma sociedade melhor e mais justa para todas as pessoas. Nesse sentido, a solidariedade também pode ser compreendida como um valor que orienta uma prática política em nome de uma estratégia. O povo em sua luta pela sobrevivência e pelas conquistas necessárias para alcançar essa sociedade exerce a solidariedade como uma forma de ação política e como prática organizativa.

Não devemos confundir solidariedade com assistencialismo. Em geral, o assistencialismo é uma prática exercida pelas classes favorecidas, sobretudo no formato de projetos sociais das ONGs, em que a caridade descolada de projeto político é a forma predominante. Dessa forma, se cria uma relação de dependência, que busca manter o povo passivo à espera de algumas migalhas e fora de combate. Essa forma também é exercida historicamente por um amplo conjunto de igrejas cristãs. Por isso, a solidariedade deve ser exercida pelas organizações da classe trabalhadora, com clareza do projeto político que se está buscando e com o objetivo de organizar o povo para a luta. Existem muitas experiências históricas de como a política baseada em ações de solidariedade pode ser usada para organizar o povo (MTD, 2019, s/p).

Diante disso, entendemos que a solidariedade de classe advinda da sociedade civil organizada junto aos movimentos sociais com o protagonismo da classe trabalhadora com objetivo da viabilização de alimentos e direitos da população. Costa vai considerar “sociedade civil” aquela compreendida fora do aparato estatal, embora mantenha relação indissociável com o Estado à medida que o institui, o legitima e o mantém. A questão da cidadania também nos remete ao conceito de sociedade civil, pois civil implica que a sociedade é formada de cidadãos a quem são atribuídos direitos e deveres; são direitos civis, direitos políticos e direitos sociais (COSTA, 2005, s/p).

A eclosão das atividades dirigidas pelo terceiro setor durante a pandemia são resultado da atual política neoliberal que provocou o sucateamento das políticas públicas. Desde o início da pandemia em 2020 os preços dos alimentos aumentaram. Segundo o Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o aumento foi de 15% em todo país e é nesse contexto que diversas ações, como a das cozinhas solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), vem atendendo diversas famílias que sofrem com a Insegurança Alimentar (IA). Ainda segundo Costa

Nessa nova conjuntura política, social e econômica que vem se desenhando principalmente ao longo das duas últimas décadas, no contexto brasileiro, as organizações e instituições que atuam no chamado Terceiro Setor, principalmente na esfera da assistência social, educação e saúde, buscam não apenas sobreviver, mas atuar com qualidade social. (COSTA, 2005, s/p).

Observa-se a postura contraditória onde o terceiro setor atua. Com o crescimento da força política e econômica neoliberal percebe-se a intencionalidade de repassar à sociedade civil responsabilidades conferidas à esfera pública. Segundo Costa, pode-se apontar alguns pilares que sustentam as organizações do terceiro setor: voluntariado forte, organizado e participativo; articulação e integração dos setores técnico e administrativo; planejamento como instrumento principal de gestão; gestão participativa (COSTA, 2005, s/p).

Para Josué Rocha, coordenador do MTST, os movimentos sociais, que estão desde o início da pandemia atuando nas periferias das grandes cidades, percebem como essa situação é alarmante. Para nós, além das ações de solidariedade de classe que a gente tem feito desde o início, é momento de chamar atenção para esse tema (ROCHA, 2021, s/p).

No atual contexto de crise política, econômica e sanitária observa-se que o sistema capitalista existe sobretudo para maximizar lucros e não para promover ações e políticas de distribuição de renda e alimentos para todos. A insegurança alimentar é um sintoma do capitalismo e atinge em sua maioria a população negra. Decorrentes dos efeitos da crise da Covid-19 para além da propagação do vírus, famílias negras passam a sofrer diversas expressões da questão social, dentre elas o aumento da insegurança alimentar. O presente estudo se propõe a analisar criticamente a problemática da fome como um efeito do capitalismo, suas implicações diante da pandemia da Covid-19 e as formas de resistência adotadas pela sociedade diante do abandono do Estado. Diante do fenômeno da fome no Brasil quais têm sido as estratégias de enfrentamento da sociedade civil organizada no estado de Pernambuco?

Diante do aumento das estatísticas alarmantes que indicam o aumento da fome nos últimos anos, o estudo da problemática da fome é de bastante interesse para o Serviço Social já que se trata de uma expressão da questão social que está presente no cotidiano da profissão. Perante o contexto de pandemia da Covid-19, o aumento da fome e da insegurança alimentar

é potencializado e se torna uma realidade que cada vez mais atravessa os campos de atuação. O presente estudo pretende analisar a fome, reforçando que o acesso à alimentação é um Direito Humano e deve ser garantido pelo Estado e demonstrar como diante do abandono político do Estado populações periféricas constroem formas de resistência que driblam a problemática da falta de alimentação.

Sendo assim, por meio dessa monografia, tivemos como objetivo geral identificar as formas de resistências coletivas elaboradas pelos movimentos sociais e sociedade civil organizada no estado de Pernambuco. Já em relação aos objetivos específicos foram os seguintes: analisar como a problemática da fome se agravou durante a pandemia do Covid-19 e como através do abandono público mobilizações sociais criaram projetos de combate à fome no estado; compreender como a fome na pandemia ocorreu no âmbito nacional e sobretudo no estado de Pernambuco; analisar a desigualdade nos fatores de distribuição de alimento no capitalismo levando em conta fatores de raça e gênero.

O estudo é fundamentado no método materialista histórico dialético, da teoria marxista. Desse modo, buscando tratar da relação entre gênero, classe e raça presentes na questão do aumento da fome durante a pandemia e as alternativas criadas para combater essa problemática.

Do ponto de vista metodológico a pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, pois por definição uma pesquisa qualitativa busca estudar os fenômenos sociais e do comportamento dos sujeitos sociais, levando em consideração o contexto no qual o objeto de estudo está inserido e as características e especificidades da sociedade onde se encontra. Utilizaremos pesquisas bibliográficas de autores como Maria Lúcia Duriguetto que trazem importantes reflexões sobre Estado, Classes Sociais e Movimentos Sociais. Também analisaremos estudos de Clóvis Moura, Octávio Ianni, Marcelo Badaró, Heleieth Saffioti que são pesquisadores que pensam o desenvolvimento do capitalismo brasileiro através do impacto do regime escravocrata e de atrasos do sistema socioeconômico gerados pelas deficiências na industrialização, educação e desenvolvimento. Trazendo os rebatimentos que essas expressões da questão social tem sobre as famílias periféricas e negras utilizaremos Carolina de Jesus, Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo e os recentes relatórios da OXFAM. A Oxfam, sigla que deriva do Comitê de Oxford para Alívio da Fome, é uma organização formada por diversos parceiros que trabalham com análises e soluções para a diminuição da pobreza e da desigualdade no mundo, inclusive no Brasil.

Utilizando coleta de dados comparando os números antecedentes à Pandemia da Covid-19 aos números atuais, pretendemos problematizar que a fome já era uma questão presente na realidade das famílias periféricas, mas que com o advento da crise social, econômica e sanitária o cenário se agrava. Ao fazermos a análise desses dados buscaremos mostrar como e porque a população negra e periférica é a mais afetada pela questão da insegurança alimentar no Brasil. Como procedimento metodológico também serão utilizados os registros de campo, documentos publicados e as produções de conhecimento, registros e dados coletados da Campanha Mãos Solidárias, Horta Dandara e Coalizão Negra por Direitos.

O estudo é dividido em quatro capítulos, o primeiro sendo a introdução. O segundo capítulo, “Capitalismo, formação social do Brasil e movimentos sociais” trata a fome como expressão da questão social sempre esteve presente na dinâmica do capital. Para entender a sociedade e a economia capitalista utilizamos Karl Marx e outros autores marxistas, no intuito de analisar como a questão social funda-se pela lei geral da acumulação capitalista, que emergiu no século XIX com o pauperismo, e como a fome integra a dinâmica do modo de produção capitalista. O fenômeno da fome no Brasil precisa ser pensado de acordo com as características particulares do país que são de um capitalismo atrasado e periférico caracterizado e ainda fortemente ligado ao histórico escravista. Sendo assim, após expor a dinâmica do modo de produção capitalista que traz em sua essência o problema da fome e pauperismo, passamos às particularidades do fenômeno na formação social brasileira. E no último ponto iremos abordar a discussão sobre os movimentos sociais e sua relação com o Serviço Social. Partimos primeiramente pela definição do que é um movimento social e em seguida sua relação com o Serviço Social.

O terceiro capítulo mapeia e analisa os dados da fome no Brasil e suas particularidades regionais e como afeta, sobretudo, as famílias chefiadas por mulheres negras, pobres e periféricas. Além de como os impactos da crise econômica e das contrarreformas dos governos neoliberais atingem a temática da fome.

No quarto capítulo, “Ações de combate à fome desenvolvidas por movimentos sociais em Pernambuco, sob a pandemia da Covid-19”, o foco é direcionado para as ações coletivas. De início mapeamos as ações realizadas por movimentos sociais, ONGs e sindicatos durante a pandemia da Covid-19 e em seguida selecionamos em especial três experiências para aprofundarmos o debate. Dentre elas, o “Mãos Solidárias”, a campanha é a soma de diversas organizações, voluntários e movimentos populares no enfrentamento ao coronavírus através

da solidariedade e pela vida do povo pernambucano. A Horta Dandara que surge na pandemia em ação conjunta com as mulheres negras da região de peixinhos localizada na cidade de Olinda, com a presença do Mãos Solidárias e o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá para incentivar a prática agroecológica de produção de alimentos, a segurança alimentar e outros debates de interesse social. E por fim, as ações realizadas pela Coalizão Negra por Direitos que ocorreu em conjunto com associações, ONGs, coletivos, grupos e instituições do movimento negro com a campanha “Tem Gente Com Fome” na distribuição de alimentos e o cartão alimentação no valor de R\$ 142,50 nas comunidades do Recife e Região Metropolitana.

2. CAPITALISMO, FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E MOVIMENTOS SOCIAIS

"Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida"
(Lélia Gonzalez)

Neste capítulo abordamos sobre a relação entre a Lei Geral de Acumulação Capitalista e a fome, além das raízes das resistências contra a fome, miséria e exploração e por fim a relação entre Serviço Social e Movimentos Sociais.

2.1 FOME NO CAPITALISMO

A alimentação é uma necessidade biológica humana e a fome se insere na história da sociedade, não devido às condições naturais, mas sobretudo em consequência do modelo econômico capitalista que é baseado no acúmulo desigual de capital. Para Josué de Castro

A história da humanidade tem sido, desde o princípio, a história de sua luta pela obtenção do pão-nosso-de-cada-dia. Parece, pois, difícil explicar e ainda mais difícil compreender o fato singular de que o homem - este animal pretensiosamente superior, que tanto tantas batalhas venceu contra as forças da natureza que acabou por se proclamar seu mestre e senhor - não tenha até agora obtido uma vitória decisiva nesta luta por sua própria subsistência (CASTRO, 1961, p. 45).

A fome como expressão da questão social sempre esteve presente na dinâmica do capital. A fome é particularizada no sistema capitalista em que a escassez não mais se dá por intempéries, fatores naturais ou baixo desenvolvimento de forças produtivas, mas sim por causa da altíssima concentração das riquezas socialmente produzidas.

Neste segundo capítulo para entender a sociedade e a economia capitalista utilizamos Karl Marx e outros autores marxistas, no intuito de analisar como a questão social funda-se pela lei geral da acumulação capitalista, que emergiu no século XIX com o pauperismo, e como a fome integra a dinâmica do modo de produção capitalista.

A fome é uma expressão da questão social, que é efeito do capitalismo. Esse modo de produção existe sobretudo para maximizar lucros, já que a concentração de riqueza faz parte da sua dinâmica. Através da lei geral da acumulação capitalista Karl Marx analisa a concentração e centralização do capital que faz os capitalistas concorrerem entre si. Para Marx, os capitalistas "(...) se confrontam como produtores de mercadorias independentes e reciprocamente concorrentes" (MARX, 1996, p. 257). Ele continua

(...) a crescente concentração dos meios de produção social nas mãos de capitalistas individuais é, permanecendo constantes as demais circunstâncias, limitada pelo grau de crescimento da riqueza social. Segundo: a parte do capital social, localizada em cada esfera específica da produção, do capital social, localizada em cada esfera específica da produção, está repartida entre muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias independentes e reciprocamente concorrentes (MARX, 1996, p. 257).

Segundo Netto e Braz (2012, p. 143) a concorrência intercapitalista, que pode assumir formas mais ou menos agudas - mas que é constitutiva do MPC -, põe cada capitalista diante da alternativa: ou acumula capital ou desaparece. Diante disso, o modo de produção capitalista precisa se reinventar para enfrentar a concorrência. Dentre essas reinvenções a evolução tecnológica se faz presente. Para Netto e Braz (2012, p. 143) o processo de acumulação estimula e, ao mesmo tempo, é estimulado por inovações tecnológicas, na medida em que estas permitem aos capitalistas a redução dos seus custos. Sendo assim, os capitalistas que possuem mais progressos no processo de modernização encontram-se mais habilitados para enfrentar a concorrência.

Marx aborda como essa luta pela concorrência é feita através do barateamento das mercadorias, no dizer de Marx, “a barateza das mercadorias depende, *coeteris paribus*, da produtividade do trabalho, esta porém da escala da produção. Os capitais maiores derrotam portanto os menores” (MARX, 1996, p. 257-258). Marx continua “termina sempre com a ruína de muitos capitalistas menores, cujos capitais em parte se transferem para a mão do vencedor, em parte soçobram” (MARX, 1996, 258). Diante dessa transferência de capital ocorre a acumulação capitalista. Com base nesse raciocínio Netto e Braz (2012, p. 143) abordam que “[...] a tendência do capital, em seu movimento, é de concentrar-se: cada vez mais capital é necessário para produzir mais-valia. Essa tendência de concentração do capital faz com que os grandes capitalistas acumulem uma massa de capital cada vez maior.”

Sobre o processo de centralização Karl Marx traz que

E enquanto a centralização assim reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho (MARX, 1996, p. 259).

Diante desse processo de centralização a demanda relativa do trabalho diminui, com isso, mais trabalhadores ficam desempregados fadados ao pauperismo. Para Marx

Por um lado, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai, portanto, em proporção a seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele (MARX, 1996, p. 260)

Diante desse processo de concentração e centralização impacta a classe trabalhadora através do exército industrial de reserva. Segundo Netto e Braz (2012, p. 145), Engels designou como exército industrial de reserva uma grande parte contingente de trabalhadores desempregados, que não encontrava compradores para a sua força de trabalho. Marx também exemplifica como funciona o exército industrial de reserva no modo de produção capitalista

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa (MARX, 1996, p. 262 e 263).

O exército industrial de reserva é inevitável e funcional, fazendo com que a exploração da força de trabalho seja intensificada e os salários sejam rebaixados no modo de produção capitalista, pois através dele os capitalistas extraem a mais-valia do trabalho vivo em troca de baixos salários e mais trabalho. Segundo Netto e Braz (2012, p. 145) os capitalistas valem-se da existência desse contingente de desempregados para pressionar para baixo os salários; aliás, os próprios capitalistas dispõem de meios para forçar o desemprego (entre outros, o aumento da jornada de trabalho e o emprego de crianças).

O exército industrial de reserva não enfrenta apenas o desemprego mas também são afetados pelo pauperismo, que faz parte do bojo da sociedade de classes. Para Netto e Braz (2012, p. 148)

[...] a acumulação capitalista não impacta o proletariado tão-somente com o desemprego. Os trabalhadores experimentam, no curso do desenvolvimento capitalista, processos de pauperização que decorrem necessariamente da essência exploradora da ordem do capital. A pauperização pode ser absoluta ou relativa (NETTO E BRAZ, 2012, p. 148).

Sobre a pobreza absoluta se dá através de quando o trabalhador não consegue suprir suas necessidades biológicas básicas para sobreviver como alimentação, moradia, entre outros. Já a pobreza relativa é classificada pelo nível de padrão de vida abaixo do nível normal da classe trabalhadora, seja no quesito de carência de recursos, renda, condições de trabalho, entre outros. Marx considera que os trabalhadores desempregados e subempregados constituem a superpopulação relativa. Uma de suas camadas é a que classifica como "estagnada", que:

[...] constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. É caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo salário (MARX, 1996, p. 272).

Nesses estágios de pauperismo, tanto absoluta como relativa, os trabalhadores estão fadados a sofrer diversas expressões da questão social como a fome, pobreza, violência, entre outros.

A produção dos alimentos, no modo de produção capitalista, também se dá na forma mercantil, ou seja com a finalidade de obter lucro. A produção de alimentos, porém, tem grande importância no modo de produção, uma vez que incide diretamente no valor da força de trabalho, considerando as necessidades de reprodução social dos trabalhadores e suas famílias. A busca do lucro, inclusive, condiciona que mesmo com a produção abundante de alimentos no mundo, ainda haja fome. Afinal, o acesso aos alimentos depende do poder de compra, que é seriamente impactado pelas condições de exploração da força de trabalho, atravessada pelo pauperismo, subemprego e desemprego. Para Marx (1996, p. 275), a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva está sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação (...) ocasiona uma acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital.

Segundo Toledo os interesses do capital privilegiam o mercado e estão acima da qualidade da vida dos povos, do igualitarismo, do fim da discriminação entre os gêneros. No Brasil de origem colonial, escravocrata, patriarcal e de grandes diferenças regionais a fome vai marcar a trajetória de muitos brasileiros (TOLEDO, 2017, p. 168). No livro Quarto do despejo: diário de uma favelada, Carolina de Jesus afirma "É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la" (JESUS, 2014, p. 29) e também "Como é horrível ver um filho comer e perguntar: 'Tem mais?'. Esta palavra 'tem mais' fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panelas e não tem mais" (JESUS, 2014, p. 38). Diante da divisão do trabalho imposta às mulheres e também da estrutura patriarcal, as mulheres e homens vivem processos desiguais. A partir disso as vivências diante do fenômeno, expressão da questão social se dão de formas diferentes.

Por força das ideologias de gênero que se realizam na organização doméstico-familiar, geralmente aos homens, como chefes do grupo doméstico e seus principais provedores, são destinadas cotas mais generosas da parca alimentação. Cabe às mulheres a menor ou mesmo o que sobra da alimentação dos filhos. (FREITAS, 2003, p. 17)

Quando se traz as questões que embarcam raça os dados demonstram como a problemática está explicitada na imagem de uma mulher, negra e pobre. Esta é uma realidade presente na realidade das sociedades capitalistas. Toledo vai trazer que realidade das mulheres negras:

“Sua vida está direta e irremediavelmente sujeita às oscilações do mercado, é sempre a primeira a ser demitida diante do menor índice de crise. Assim, conforma um grande exército de reserva de força de trabalho disponível e barata para as empresas capitalistas. Elas são sempre as escolhidas para ocupar os piores postos, em geral no setor de serviços (domésticos, quituteira, faxineira, lavadeira, babá e outros), onde, aliás, os salários são baixos, e a precariedade das relações trabalhistas são mais profundas” (TOLEDO, 2017, p. 63)

2.2 AS RESISTÊNCIAS CONTRA A EXPLORAÇÃO, MISÉRIA E FOME

O fenômeno da fome no Brasil precisa ser pensado de acordo com as características particulares do país que são de um capitalismo atrasado e periférico caracterizado e ainda fortemente ligado ao histórico escravista. Após expor a dinâmica do modo de produção capitalista que traz em sua essência o problema da fome e pauperismo, passemos às particularidades do fenômeno na formação social brasileira.

Utilizaremos como referência as contribuições do pensamento social brasileiro autores como Caio Prado Júnior que destaca o sentido da colonização do Brasil através da produção voltada para fora. Sobre a colônia e a produção de alimentos o autor aborda que existe uma divisão entre dois setores, o primeiro (e o principal) seria voltado para o exterior através da produção de açúcar e tabaco para o mercado europeu. O segundo seria o que ele denomina de “economia de subsistência” que possui o intuito de manter em funcionamento a economia da exportação através de fornecer os meios de subsistência à população empregada. Nas escritas de Prado ele discorre

Numa economia como a brasileira - particularmente em sua primeira fase - é preciso distinguir dois setores bem diferentes da produção. O primeiro é dos grandes produtos de exportação, como o açúcar e o tabaco, que vimos no capítulo anterior; o outro é das atividades acessórias cujo fim é manter em funcionamento aquela economia de exportação. São sobretudo as que se destinam a fornecer os meios de subsistência à população empregada nesta última, e poderíamos, em oposição à outra, denominá-la *economia de subsistência*. A distinção é muito importante, porque além das características próprias que acompanham um e outro setor, ele serve para conclusões de grande relevo na vida e na evolução econômica da colônia. (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 41)

Nesse sentido, a colonização brasileira, o mercado e sua produção é voltada para fora, sendo subordinado aos interesses do mercado europeu. Embora o Brasil colônia exportava produtos e alimentos em larga escala para o comércio exterior, a problemática da fome se fazia presente. Para Caio Prado Júnior, a população colonial, com exceção apenas das suas classes mais abastadas, viverá num crônico estado de subnutrição (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 43). Sendo assim, o Brasil enfrenta esta contradição, de um lado produtos sendo produzidos em largas escalas para exportação, de outro a sua população em estado de subnutrição. Em

comparação, a população urbana sofrerá mais, porém, a população rural também sentirá os efeitos da monopolização da cana-de-açúcar que tem para si as melhores terras. O autor faz a comparação da contradição em que esse quadro é característico da vida colonial: de um lado a abstenção, prosperidade e grande atividade econômica; doutro, a falta de satisfação da mais elementar necessidade da grande massa da população: a fome (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 44).

Castro Prado Júnior vai apontar essas particularidades que vão perpassar o fenômeno da fome que é fortemente marcado pelas questões de raça, classe e desigualdade regional. Para ele

O que caracteriza por excelência o subdesenvolvimento é o desnível, é a disparidade entre os níveis de produção, de renda e de capacidade de consumo entre diferentes camadas sociais e entre diferentes regiões que compõem o espaço sociogeográfico da nação (CASTRO, 1968, p. 66).

A subordinação e a dependência orgânica estiveram presentes na economia brasileira desde a formação do país. A economia de caráter colonial, voltada para atender as necessidades alimentícias de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. É através dessa circunstância que se mostra o caráter vulnerável do país para penetração do capital estrangeiro. Para Caio Prado Júnior, o Imperialismo atua como um grande explorador da riqueza nacional em benefício de interesses completamente estranhos ao país. Nesse processo não só a classe trabalhadora se desfalca mas o país em conjunto perde suas riquezas e recursos ((PRADO JÚNIOR, 1970, p. 280). A exemplo disso se dá o fornecimento de gêneros tropicais ao comércio internacional, caráter de uma economia de função primária. As contradições do capitalismo se mostram nas economias de países colonial ou semicolonial como elementos de extrema contradição porque ao mesmo tempo que auxiliam e estimulam as atividades e energias do país também reforçam a economia de caráter dependente.

Nessa parte do capítulo propusemos estudar sobre as resistências coletivas diante da fome e de outras expressões da questão social que está presente desde a formação social do Brasil. Utilizaremos como referência as contribuições do pensamento social brasileiro autores como Marcelo Badaró (2008), Octávio Ianni (1987) e Clovis Moura (1990) que abordam sobre a questão racial e o papel do negro na formação social brasileira. Na leitura de Clóvis Moura (1990) através do livro *Rebeliões da Senzala*, observamos o destaque que o texto aborda de não ter como objetivo estudar as lutas dos escravizados do ponto de vista de simpatia ou piedade para com os oprimidos. E sim pelo contrário, fazer uma análise mais profunda e, na medida do possível, científica do processo histórico que as gerou. Já Octávio

Ianni (1987), no texto sobre “Raças e Classes Sociais no Brasil”, aborda a questão trabalhista da população negra escravizada que, diante a abolição e da imigração, resultaram na instalação e, ao mesmo tempo, no remanejamento do mercado de trabalho. Por isso, quando a procura de ocupações foi maior que a oferta, ou quando esta foi seletiva, os negros e “mulatos¹” ficaram em último lugar; são eles que contribuíram, em maior parte, para a formação de um contingente de reserva que conformará as periferias do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e outros núcleos centrais. Em parte, esse contingente de trabalhadores disponíveis alimentará expansões posteriores da economia nacional, especialmente no período da industrialização. Já na leitura de Saffioti (1976) sobre “A Mulher na Sociedade de Classes”, há o destaque para o processo histórico que viabilizou o trabalho assalariado no Brasil, considerando-o “mais barato” que do escravizado, em virtude de que na compra deste há uma grande inversão de capital, que permanece parcialmente imobilizado durante anos, e o fato de que os escravizados não produz mais-valia relativa. Por fim, Marcelo Badaró (2008) diante do texto “Escravizados e livres” o autor destaca o papel dos negros escravizados e ex-escravizados na luta das primeiras greves de trabalhadores e na contribuição na história das lutas operárias no Brasil.

O processo da formação social do Brasil é marcado por diversas lutas e resistência da população negra e indígena do país. Como já vimos, a cana-de-açúcar impulsiona a economia colonial. Com a primeira tentativa de escravização dos indígenas nativos do Brasil não obteve êxito, através de poucos números de colonos e a resistência dos povos originários.

Os nativos se defenderam valentemente; eram guerreiros, e não temiam a luta. A princípio fugiam para longe dos centros coloniais; mas tiveram logo de fazer frente ao colono que ia buscá-los em seu refúgio. Revidaram então à altura, indo assaltar os estabelecimentos dos brancos, e quando obtinham vitória, o que graças a seu elevado número relativamente aos poucos colonos era frequente, não deixavam pedra sobre pedra nos núcleos coloniais, destruindo tudo e todos que lhe caíam nas mãos (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 35).

Além da resistência dos indígenas à sua tentativa de escravização, seu modo de vida e de trabalho era diferente dos colonizadores. O trabalho dos nativos era feito através de tarefas que beneficiassem a comunidade e não com intuito de produção voltada para fora. Segundo Clóvis Moura, vindo de um estágio cultural muito mais primitivo do que o existente para as tarefas a que o predisponham, era uma peça subsidiária, que desempenhava - do ponto econômico - um trabalho complementar e não qualificado (Clóvis Moura, 1990, p. 26). A sua alimentação era realizada através de meios para a sua subsistência utilizando recursos naturais através da caça, pesca e na coleta com a agricultura. Na imposição do trabalho e tarefas dos

¹ A utilização do termo mulato rechaçado por parte da população mestiça do país devido à sua carga pejorativa.

interesses dos colonizadores, os nativos não se adequaram e foram classificados enquanto mau trabalhador. Segundo Caio Prado Júnior (2012), além da resistência que ofereceu ao trabalho, o índio se mostrou mau trabalhador, de pouca resistência física e eficiência mínima. Nunca teria sido capaz de dar conta de uma tarefa colonizadora levada em grande escala (Prado Júnior, 2012, p. 36).

Conforme os interesses de exploração da força de trabalho, os colonizadores recorreram ao sequestro e tráfico de negros escravizados. A fome acompanhou a população negra desde a travessia do Atlântico, nos navios negreiros. Esse trabalho não se dará apenas no âmbito doméstico como já era feito em Portugal, e sim no desenvolvimento do Brasil colônia. A importação dos negros africanos era uma atividade cara, além das condições desumanas que eles eram submetidos. Para Caio Prado Júnior (2012)

Contra o escravo negro havia um argumento muito forte: seu custo. Não tanto pelo preço pago na África; mas em consequência da grande mortandade a bordo dos navios que faziam o transporte. Mal alimentados, acumulados de forma a haver um máximo de aproveitamento de espaço, suportando longas semanas de confinamento e as piores condições higiênicas, somente uma parte dos cativos alcançavam seu destino. Calcula-se que, em média, apenas 50% chegavam com vida ao Brasil; e destes, muitos estropiados e inutilizados (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 37).

Novamente a temática da fome se faz presente. As condições precárias que os negros africanos eram submetidos a bordo dos navios que os transportavam para ser destinados ao trabalho escravizados. Além da má alimentação, os negros escravizados eram expostos a doenças, superlotação, violência e abuso sexual.

Com a chegada dos negros escravizados no Brasil ocorria resistência através de várias formas de luta contra o escravismo como as fugas, assassinatos de feitores e senhores, suicídios e, sobretudo os quilombos. Vale destacar uma mulher negra importante que é a Maria Felipa de Oliveira, escravizada liberta que combateu marinheiros portugueses e incendiou navios na luta pela independência do Brasil e da Bahia. Maria Felipa trabalhou como marisqueira, pescadora e no trabalho braçal, além de lutar capoeira para sua defesa. Segundo o livro “Maria Felipa de Oliveira - Heroína da Independência da Bahia”, de Eny Kleyde Vasconcelos Farias, Maria Felipa nasceu escrava, mas depois de liberta colocou a liberdade como maior tesouro de sua vida, moradora da Ilha de Itaparica, negra, alta, desde cedo aprendeu a trabalhar como marisqueira, pescadora, trabalhadora braçal que aprendeu na luta da capoeira a brincar e a se defender, que vestia saias rodadas, bata, torso e chinelas, foi líder de um grupo de mais de 40 mulheres e homens de classes e etnias diferentes, onde vigiava a praia dia e noite a fortificando com trincheiras para prevenir a chegada do exército

inimigo, e organizava o envio de alimentos para o interior da Bahia (recôncavo), atuando na luta pela libertação da dominação portuguesa.

Uma das suas principais lutas de resistência foi a surra de cansação, uma planta que produz uma coceira intensa, e com golpes produz queimaduras dolorosas onde Maria Felipa e suas companheiras teriam dado nos soldados portugueses. Segundo informações coletadas pelos historiadores, a narrativa fala de um grupo de mulheres que começaram a dançar na praia seduzindo os portugueses, quando eles se aproximaram elas teriam se lançado sobre eles com os molhos de cansação. Em seguida, ocorreu o incêndio de navios dos portugueses causando assim a perda das tropas inimigas.

Outra protagonista negra presente na história da formação social brasileira é Dandara dos Palmares, mulher negra e guerreira que teve papel fundamental na construção e comando do quilombo dos Palmares. Dandara dominava técnica de capoeira e lutava junto aos aquilombados na luta contra a escravidão, com participação na resistência e nas atividades cotidianas como caça e agricultura. Segundo historiadores, quando foi presa, Dandara cometeu suicídio ao se jogar de uma pedreira ao abismo para não retornar a condição de escravizada.

Embora a resistência da população escravizada e ex-escravizada ainda continuava o seu processo de escravização, pois, era a principal forma de impulsionar a economia, embora em outros países a prática já estava sendo abolida. Para Clóvis Moura essa imensa massa escrava é que irá impulsionar a nossa economia e esmagará quase inteiramente o trabalho livre que existia antes do seu aparecimento em diversas faixas da economia brasileira (MOURA, 1990, p 32). Essa economia será impulsionada através da marinha com a exportação, localizado nos portos de comércio exterior e do tráfico de escravizados; da agricultura monocultural e criação de gado; e por fim a exploração das minas à procura de ouro e diamante.

Porém, a utilização da mão de obra escrava não permite o estabelecimento do capitalismo desenvolvido. Pois, o desenvolvimento do modo de produção necessita do assalariamento da força de trabalho. Como os escravizados não possuíam salário eles não desempenhavam um papel no processo de circulação de mercadorias. Segundo Saffioti, embora o capitalista desembolse, de uma só vez, no ato da compra dos escravizados, o valor correspondente ao preço deste, necessita, se de fato pretende utilizar a força de trabalho adquirida para sempre, produzi-la diariamente e oferecer o mínimo de condições para sua reprodução (SAFFIOTI, 1976, n.p). Diante disso, além da compra dos escravizados era necessário manter sua subsistência para a reprodução da força de trabalho. Para Saffioti,

diante dos dois tipos de trabalho, o trabalho assalariado é mais barato que o escravizado, em virtude que na compra deste há um grande inversão de capital, que permanece parcialmente imobilizado durante anos (SAFFIOTI, 1976, n.p).

Esse vai ser um dos motivos para impulsionar a campanha abolicionista, o progresso do desenvolvimento econômico vai ter com intuito não apenas o sentido da abolição da escravidão e sim na criação de um mercado com mão-de-obra através do trabalho livre. Saffioti aborda que lutando pela abolição do trabalho escravizado, os brancos lutavam em benefício de seus próprios interesses, não se importando em transformar o escravo em cidadão, mas em transfigurar o trabalho escravo em trabalho livre (SAFFIOTI, 1976, n.p). Mas também existiam as alas abolicionistas revolucionárias, lideradas por negros ex-escravizados tendo com exemplo Luís Gama que se tornou porta voz de centenas de escravizados através da organização das fugas, da compra de alforria etc. Segundo Clóvis Moura o movimento abolicionista trazia de modo geral duas alas: um lado militavam aqueles que pertenciam à ala moderada do movimento, chefiada por Joaquim Nabuco; do outro lado, estava os mais radicais, como Silva Jardim, Luís Gama, Antônio Bento, Raul Pompéia e inúmeros mais (MOURA, 1990, p. 42).

Outro ponto vai ser a imigração estrangeira para ocupar os cargos destinados ao trabalho livre. Essa decisão foi tomada pelo Estado através de uma política eugenia como “solução” para o desenvolvimento do país. Além da tese do embranquecimento que tinha como intuito embranquecer a população brasileira que naquele período era majoritariamente composto por negros, indígenas e miscigenados também possuía o objetivo de atrair o imigrante europeu considerando-se mais aptos para o regime do trabalho livre. Com a facilitação da imigração européia eles vão ficar encarregados das atividades artesanais e fabris e nos serviços públicos. Segundo Octavio Ianni, o imigrado considerava-se diferente e melhor que o escravo ou ex-escravo. Incorporou rapidamente os padrões discriminatórios dominantes na sociedade brasileira, apresentando-se, pois, privilegiado no mercado de trabalho (IANNI, 1987, p. 17). A classe dominante utiliza desse conceito para a fragmentação da classe. Sendo assim, embora os negros ex-escravizados conseguisse sua carta de alforria, eles ainda enfrentavam a discriminação e não ocupava o trabalho formal. Os ex-escravizados eram designados para ocupar o exército industrial de reserva, fadado a enfrentar as expressões da questão social como o pauperismo, a fome e sem moradia digna. Para Ianni

A abolição e a imigração resultaram da instalação e, ao mesmo tempo, do remanejamento do mercado de trabalho. Por isso, quando a procura de ocupações foi maior que a oferta, ou quando esta foi seletiva, os negros e mulatos ficaram em último lugar; são eles que contribuirão, em maior parte, para a formação de um

contingente de reserva que vegetará no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e outros núcleos dominantes (IANNI, 1987, p. 17).

Embora boa parte dos ex-escravizados vá constituir o exército industrial de reserva, eles também estarão sendo empregados nos arsenais e fábricas. Para Badaró, não é difícil imaginar um nível geral de contato entre as trajetórias de escravizados, ex-escravizados e livres no processo de formação de classe, não apenas nas fábricas, mas em toda uma cidade na qual vários espaços de trabalho foram por muitas décadas compartilhados por trabalhadores escravizados e livres (BADARÓ, 2008, p. 16). Portanto, os trabalhadores negros ex-escravizados e livres vão ser essenciais no processo de formação da classe trabalhadora do país, além das organizações e participações das greves operárias e na organizações sindicais. Segundo Badaró, existiam lideranças que combinavam a militância sindical com a luta antirracista e espaços de sociabilidade (como clubes, bibliotecas e sociedades musicais) marcadamente étnicos que tiveram papel importante na estruturação das organizações sindicais (BADARÓ, 2008, p. 19).

Nós não propusemos fazer uma análise histórica dos movimentos sociais, e sim, as raízes das lutas.

2.3 RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS

Nesse último ponto iremos abordar a discussão sobre os movimentos sociais contemporâneos. Partimos primeiramente pela definição do que é um movimento social. Segundo Glória Gohn, para definir movimento social devemos estabelecer algumas diferenças. A primeira, é entre movimentos e grupos de interesses. Primeiramente deve haver interesses em comum entre o grupo, porém, isso não se torna uma definição de movimento, pois, além dos interesses, esse grupo deve formar um coletivo social que precisa ter uma identidade em comum. A autora sustenta sua tese que para haver um movimento social não bastam ter as carências, elas têm que gerar demandas que se transformarão em reivindicações através de uma ação coletiva. Por fim, ela aborda que “movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer - por meio de um conjunto de práticas sociais - e um pensar - por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma *práxis*, portanto” (GOHN, 2000, p. 12 e 13).

Sobre o debate acerca dos novos movimentos sociais no Brasil, Marcelo Braz faz uma análise relacionando com as alterações sócio-históricas do período. Para Braz, o debate acerca dos novos movimentos sociais no Brasil surgiu durante meados da década de 1970 e ele se

dividiu em três fases. A primeira fase do debate teórico tem o desdobramento na segunda metade da década de 80 (onde o Brasil ainda vivia no período ditatorial) e no início da década de 90, sendo marcada por influência direta das teorias europeias, não levando em conta os aspectos da formação social e econômica do Brasil. Nesse momento, os novos movimentos sociais para os analistas possuíam certo heroísmo e demonizavam o Estado autoritário, onde ele se torna o adversário principal dos movimentos. Nesse momento, o debate central era sobre a valorização do caráter espontâneo dos movimentos, possuindo temática como o contexto da ditadura e as influências que vinham da Europa. Com o avanço da redemocratização, avança também os debates. Com esse processo de redemocratização, ocorre a reconfiguração do Estado, que passa a ter participação do Estado e sociedade.

O autor aborda que na segunda fase ocorre a dimensão institucional dos movimentos sociais, onde obtém uma relação Estado/Sociedade, em um contexto da restauração da democracia política. Segundo Braz, difundiram-se análises que buscavam articular as esferas da cultura e da política, por meio de críticas às análises endógenas dos movimentos sociais. As lutas sociais passam a ser em torno dos serviços sociais coletivos como habitação, saúde, transportes etc, de responsabilidade do Estado (BRAZ, 2012, p.126).

Por fim, na terceira fase, Braz retrata sobre o que passa a ser no início da década de 1990, tem como o debate a continuidade do processo de redemocratização da sociedade brasileira que possuía uma nova constituição, a Constituição de 1988. Nela foram concebidos direitos sociais e novos espaços de participação institucional. Também ocorria o crescimento das forças sociais de esquerda e também do Partido dos Trabalhadores que foi o partido que mais avançou conquistando prefeituras em diversas capitais do Brasil. Para Braz, nesse quadro político apontava para uma crescente institucionalização das lutas sociais, no qual se constava a abertura de possibilidades de participação democrática “por dentro” das instâncias estatais, criando um espaço novo de diálogo dos movimentos sociais com os governos em todos os níveis (BRAZ, 2012, p.126).

Em relação ao Serviço Social e Movimentos Sociais está presente desde a formação profissional através da participação de movimentos sociais, Diretório Acadêmico, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e Diretrizes Curriculares.

Através da Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) aborda como matéria básica a “Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais”

A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a constituição das classes sociais, do Estado e nas particularidades regionais. Perspectivas de desenvolvimento desigual e combinado das estruturas fundiárias e industrial, e a reprodução da

pobreza e da exclusão social nos contextos urbano e rural. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações sócioambientais. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos no Brasil. Constituição de sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais. Relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários (ABEPSS, 1996, p. 17).

Além da participação em projetos de extensão, pesquisa e estágio nos movimentos sociais do campo e urbano, com temática de gênero, sexualidade e racial. Para Maria Lúcia Duriguetto, no âmbito da organização profissional, uma iniciativa importante para fomentar e induzir o debate das organizações, movimentos sociais e lutas sociais e da relação do Serviço Social com e nesses espaços foi a constituição do Grupo Temático de Pesquisa Movimentos Sociais e Serviço Social, pela ABEPSS (DURIGUETTO, 2015, p. 188).

Já na relação profissional com as lutas sociais está presente na Lei de Regulamentação da Profissão (1993) que determina como competência do assistente social "prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade" (art. 4º, parágrafo IX) e no Código de Ética (1993), que afirma como direito do profissional "apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania" (art. 12, alínea b) e "respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras" (art. 13, alínea c).

Maria Lúcia Duriguetto aborda como é plural o exercício profissional da/o Assistente Social

O mergulho no cotidiano das necessidades e das resistências também nos abre possibilidades programáticas de intervenção junto às organizações e as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores: associações comunitárias, sindicatos, movimentos e lutas sociais pela reforma agrária, pela moradia, pelo reconhecimento dos direitos das mulheres, idosos, crianças e adolescentes etc. Podemos desenvolver ações de assessoria nessas organizações e lutas, na perspectiva de identificação de demandas, na discussão e na formulação de estratégias para defesa e acesso aos direitos; na importância da participação desses movimentos em fóruns, conselhos, conferências; no estímulo para se relacionarem com outros movimentos e organizações dos trabalhadores para a troca de experiências e formação de ações conjuntas etc (DURIGUETTO, 2015, p. 189 e 190).

Sendo assim, é fundamental a relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais, tanto na formação profissional com a participação e produção do tripé acadêmico que é o Ensino, Pesquisa e Extensão além da organização em de coletivos, movimentos sociais e Diretório Acadêmico e no exercício profissional seguindo a Diretrizes Curriculares, o Projeto ético-político do Serviço Social, a Lei da Regulamentação da Profissão e o Código de Ética.

3. CRISE ECONÔMICA, CONTRARREFORMAS E O AUMENTO DA FOME

“Os vencedores pensam que a história terminou bem porque eles estavam certos, ao passo que os perdedores perguntam por que tudo foi diferente, e essa é uma questão muito mais relevante.”
(Eric Hobsbawm)

Este capítulo dedica-se ao estudo do cenário da crise econômica e pandêmica, seus impactos na vida da classe trabalhadora através do desemprego, perda de renda, redução de salários, entre outros. Buscamos analisar a relação entre a exploração do trabalho e a luta contra a fome que ocorreu diante o agravamento nos últimos anos, principalmente no contexto de pandemia, e pela necessidade de expor as problemáticas existentes na política de segurança alimentar e na não efetividade das atuais políticas de distribuição de renda. Também pontuamos que a problemática da insegurança alimentar está interligada com diversas outras, como saúde, mercado de trabalho e também habitação que atingem diretamente a população negra. No segundo momento o foco é direcionado para os desmontes das políticas do Estado através das contrarreformas e como o Estado agiu nesse momento de crise.

A fome para além das questões nutricionais diante da deficiência alimentar é um fenômeno que envolve a economia, a política e o social. Embora o Brasil seja um dos maiores produtores de comida do mundo, sua população atualmente volta a compor a lista dos países do mapa da fome². Isso se dá através da má distribuição de alimentos, aumento dos produtos alimentícios mais utilizados, aumento do desemprego, além da natureza política do problema. Apesar de que a fome foi agravada diante da pandemia da Covid-19, o Brasil antes disso já se encontrava no mapa da fome. Para a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2014 em sua edição do relatório “O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo”, o número de brasileiros subalimentados havia caído 82%, entre 2002 e 2013, sendo assim, o país não constava mais no Mapa Mundial da Fome. Porém, nos últimos anos o Brasil voltou novamente ao mapa da fome, a quantidade de brasileiros que enfrentaram algum tipo de insegurança alimentar atingiu a marca de 61,3 milhões de pessoas entre 2019 e 2021, os dados constam de um relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Embora o Brasil esteja ou não no mapa da fome não quer se referir que não existe a fome e sim um parâmetro internacional para medir o índice global da fome nos países. O Índice Global da Fome (IGF) é uma ferramenta para medir e acompanhar a fome de forma

² O Mapa da Fome é uma ferramenta criada para apontar os países que não têm acesso adequado aos alimentos. A ONU passou a utilizar a ferramenta a fim de acompanhar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

abrangente a nível global, regional e nacional. Os resultados são publicados todos os anos para analisar o progresso ou retrocesso da fome.

Outro ponto é que diante do Governo Lula e Dilma o Brasil tinha saído do mapa da fome. Nesse período a conjuntura política e economia estava mais favorável, além do compromisso dos representantes na diminuição da fome no país. Em 2003, o governo Lula assumiu o comando do país, com a economia estagnada, elevados índices de desemprego, além de grande comprometimento do Orçamento Geral da União com os serviços e amortização da dívida pública. Quando assumiu o governo, elevou o país para ocupar a sexta posição entre as maiores economias do mundo, com o Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 2.613 bilhões. Em relação aos programas sociais, no primeiro ano do mandato de Lula, é lançado o plano “Fome Zero”, onde famílias que viviam com menos de meio salário mínimo tinham direito a um cartão alimentação de R\$50. Porém o “Fome Zero” não dura muito tempo, em seu segundo ano, o programa vive um novo momento com a implementação do Bolsa Família, programa que unificou os quatro programas de transferência de renda: cartão-alimentação, bolsa alimentação, bolsa-escola e vale-gás. Para Castro

O Bolsa-Família, lançado em 20/10/2003, está sob a coordenação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza e tem como meta atingir 11 milhões de famílias ou 50 milhões de pessoas carentes até o final de 2006. Há duas modalidades de bolsa: uma para famílias com até R\$ 50 de renda per capita e outra para famílias com renda per capita entre R\$ 50 e R\$ 100. Recebem o benefício, inicialmente, cerca de 1,2 milhão de famílias como resultado final da unificação dos programas de transferência de renda. Segundo o governo, 53% dessas famílias estão no nordeste (CASTRO, 2005, p. 5).

Diante disso, é notória a particularidade regional da desigualdade social no país, tendo o Nordeste com os maiores índices de pobreza e concentração de renda. Embora não seja só com a transferência de renda que se elimina a pobreza e a desigualdade, essa foi uma das principais críticas do programa Bolsa Família, além da focalização do programa social. Para Castro, a tendência de privilegiar programas focalizados de transferência de renda contraria a ideia de um Sistema Público descentralizado e participativo que a Constituição de 1988 e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) anunciam, repetindo-se a mesma lógica de governos anteriores de subjugar as necessidades sociais aos interesses macroeconômicos (CASTRO, 2005, p. 7).

Embora nos governos Lula e Dilma o Brasil tenha conseguido a efetivação de programas sociais e saído do mapa da fome, porém, nos últimos anos do governo petista foi seguido por uma grave crise econômica com a redução do crescimento econômico, seguido de um golpe em 2016. Através do golpe, o Brasil enfrenta governos ultra neoliberais através do

aprofundamento das contrarreformas dos direitos sociais e trabalhistas, além das privatizações do fundo público.

No governo Temer, sua primeira medida quanto ao desmonte da Previdência Social foi a junção do Ministério da Previdência Social e Trabalho e com o governo Bolsonaro o Ministério foi extinguindo. Além da implementação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que congela os gastos primários por 20 anos, fruto do golpe de 2016, no sucateamento da previdência social onde se coloca em vista a diminuição dos benefícios, nos déficits de infraestrutura e manutenção dos serviços públicos.

A fome vem acompanhada de outras expressões da questão social como as das questões de moradia assim como os cortes de gastos na educação e saúde. Carolina de Jesus em seu livro “Quarto de Despejo” aborda a fome interligada a diversas outras problemáticas sociais, dentre elas a saúde mental. “Como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em suicidar. Eu suicidando-me é por deficiência de alimentação no estômago. E por infelicidade eu amanheci com fome” (JESUS, 1960, p. 84).

A alimentação está diretamente relacionada à qualidade de vida e bem-estar de todo cidadão, adquirido através do acesso digno à saúde, trabalho, moradia, liberdade, segurança em caso de invalidez, velhice, etc. Durante os últimos governos esses direitos e garantias sociais estão sendo retirados dia-a-dia dos trabalhadores. Segundo os dados do IBGE, mostra que a fome no Brasil voltou a crescer entre 2017 e 2018, após o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, a população que passa fome atingiu 10,1 milhões no governo Temer.

O projeto “Ponte para o Futuro” surge no governo Temer com um conjunto de reformas e desmontes de programas sociais como estratégia para fortalecimento dos interesses de uma classe dominante. O projeto em seu documento oficial critica os “investimentos públicos” aprovados com a Constituição Federal de 1988, especialmente as “despesas obrigatórias” ou “vinculações constitucionais” e os benefícios previdenciários. Os cortes orçamentários na Segurança Alimentar e Nutricional do Plano Plurianual (PPA) em 2017 durante o governo Temer (em comparação com 2014) foi de 76%, valores que diminuíram de R\$ 478 milhões para R\$ 294 milhões. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma das principais políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, sofreu uma redução de 40% no orçamento. De acordo com a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) o número de pessoas atendidas diminuiu de 91,7 mil para 41,3 mil, uma redução de 55% no número de famílias alcançadas.

Os dados disponibilizados pelo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) 2014/2018 mostram a redução orçamentária de programas e metas do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) 2014/2018. A distribuição de alimentos para grupos populacionais tradicionais (cestas básicas) obteve uma redução de 82 milhões para 27,4 milhões, enquanto o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) diminuiu de 1,3 bilhões para 431 milhões. A seguinte tabela aborda a redução orçamentária de programas e metas do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) 2014/2018:

Tabela 1: redução orçamentária de programas e metas do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) 2014/2018

<i>Programas e metas, com base em dados do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA)</i>	<i>Ano 2014 (R\$)</i>	<i>Ano 2018(R\$)</i>	<i>Redução(%)</i>
Distribuição de alimentos para grupos populacionais tradicionais (cestas básicas)	82 milhões	27,4 milhões	67%
Apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, povo indígenas, povos e comunidades tradicionais	06 milhões	0 (zero)	100%
Assistência Técnica e Extensão Rural para famílias assentadas e extrativistas (ATES)	357 milhões	19,7 milhões	94%
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	1,3 bilhões	431 milhões	67%
Programa “Água para Todos” (Cisternas)	248,8 milhões	40,8 milhões	94%
Assistência Técnica e Extensão Rural para famílias assentadas e extrativistas (ATES)	357 milhões	19,7 milhões	94%

Fonte: MATTOS (2021)

Com a chegada do governo Bolsonaro a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan, Lei 11.346/2006) sofreu alterações, teve como consequência prática a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) órgão que apresenta proposições e exerce o controle social na formulação, execução e monitoramento das políticas de segurança alimentar e nutricional. Atualmente a insegurança alimentar atinge um quarto (1/4) dos brasileiros. O Brasil ainda enfrentou no ano de 2020 o aumento de 14,09% no preço dos alimentos. Segundo dados disponibilizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) os privilégios à exportação das indústrias de ultraprocessados, geram uma economia voltada ao mercado e ao lucro, em detrimento da geração de empregos, renda e do combate ao aumento da pobreza. Além de incentivarem o desmatamento e a contaminação por agrotóxicos, fomentam um ambiente favorável a conflitos pela terra e ataques às populações tradicionais e aos agricultores familiares.

Os ataques ao programa Bolsa Família e seus beneficiários; fim da política da valorização do salário mínimo; interrupção do auxílio emergencial sem alteração do quadro de desemprego e precarização do trabalho é uma lógica excludente que faz o país retornar ao Mapa da Fome. Com forte influência ultraneoliberal, realiza cortes de direitos sociais, sobretudo do financiamento público, com congelamentos de recursos e ajustes na redução de gastos. Essas medidas tomadas têm consequências diretas sobre as políticas sociais e a própria capacidade do estado de regular e implementar ações em prol do desenvolvimento. Além de negligenciar uma pandemia global.

É na pandemia da Covid-19 que ficam evidentes os altos números de pessoas em situação de fome, que atinge grande parte dos brasileiros, inseridos em um contexto de crise política, social, econômica e sanitária. Com a atual crise ficam expostas diversas problemáticas já presentes na sociedade brasileira, mas que se agravam no contexto atual e a partir disso a população brasileira. Segundo a Rede Penssan, em 2020 a fome no Brasil tinha voltado para patamares equivalentes aos de 2004. A continuidade do desmonte de políticas públicas, a piora no cenário econômico, o acirramento das desigualdades sociais e o segundo ano da pandemia da Covid-19 tornaram o quadro desta segunda pesquisa ainda mais perverso.

A redução dos programas de complementação de renda para famílias pobres, aumento do desemprego e inflação de alimentos próxima de 20% são fatores que atingem diretamente a população mais pobre do país, em especial as pessoas negras e mulheres chefes de família, que estão sendo as mais afetadas pelo aumento da fome. Para Conceição Evaristo, “a mulher negra tem muitas formas de estar no mundo (todos têm). Mas um contexto desfavorável, um

cenário de discriminações, as estatísticas que demonstram pobreza, baixa escolaridade, subempregos, violações de direitos humanos, traduzem histórias de dor” (EVARISTO, 2016, s/p). Sendo assim, as expressões das questões sociais que se acentuam durante a pandemia da Covid-19 atingem diretamente sobretudo as mulheres negras.

Antecedente a pandemia do Covid-19 a insegurança alimentar já era um fator recorrente na população negra no Brasil. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE de 2013, os domicílios cuja pessoa de referência era da cor ou raça preta ou parda registraram prevalências de IA(insegurança alimentar) maiores em todas as suas dimensões do que para os domicílios com pessoa de referência da cor ou raça branca. Entre os domicílios com pessoas de referência preto ou pardo, 29,8% estavam em situação de IA, enquanto para os brancos a prevalência foi de 14,4%. Sendo assim, a insegurança alimentar sempre esteve presente no Brasil, prevalecendo nos domicílios de pessoas pretas e pardas.

Decorrentes dos efeitos da crise da Covid-19 para além da propagação do vírus, famílias negras passam a sofrer diversas expressões da questão social, dentre elas o aumento da insegurança alimentar. Nos dados de 2020 da Oxfam Brasil, em 11,1% dos domicílios chefiados por mulheres, os habitantes estavam passando fome, contra 7,7% quando a pessoa de referência era homem. Das residências habitadas por pessoas pretas e pardas, a fome esteve em 10,7%. Entre pessoas de cor/raça branca, esse percentual foi de 7,5%.

Segundo a comparação das pesquisas realizadas pela rede Penssan no ano de 2020 e no ano de 2022 foi observado que as diferenças são expressivas na comparação entre os lares chefiados por homens e os lares chefiados por mulheres. Nas casas em que a mulher é a pessoa de referência, a fome passou de 11,2% para 19,3%. Nos lares que têm homens como responsáveis, a fome passou de 7,0% para 11,9%. Isso ocorre, entre outros fatores, pela desigualdade salarial entre os gêneros. Além da questão racial que, enquanto na população negra houve um aumento de mais de 60,0% na proporção daquelas que convivem com a fome, dentre brancos esse aumento foi de 34,6%. A insegurança alimentar é um retrato das desigualdades interseccionais, ela possui cor, gênero e ilustra um retrato do Brasil.

É importante enfatizar que o aumento da insegurança alimentar flui de forma desigual em nosso país, sendo bem maior nas regiões Norte (25,7%) e Nordeste (21%) segundo a Rede Penssan (2022). Em relação às particularidades das regiões Norte e Nordeste a população que convive com a fome na região Norte, a maioria (2,6 milhões) está no estado do Pará, enquanto que na região Nordeste 2,4 milhões vivem no Ceará; 2,1 milhões no Maranhão; o mesmo número em Pernambuco; e 1,7 milhões na Bahia (Rede Penssan, 2022, p. 35). No livro

“Lugar de Negro” de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg abordam sobre a desigualdades regionais no Brasil em 1976

Um dos determinantes da apropriação desigual das oportunidades econômicas e educacionais está relacionado com a segregação geográfica da população branca e não-branca. A acentuada polarização geográfica dos dois grupos raciais está indicada pelo fato de quase dois terços (64%) da população branca residir no Sudeste (RJ, SP PR, SC E RS), na região mais desenvolvida do país, enquanto uma proporção similar (69%) de pretos e pardos concentra-se no resto do país, principalmente nos estados do Nordeste e Minas Gerais (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p.92).

No Brasil, a pandemia amplifica as desigualdades sociais, raciais e de gênero já existentes, comprometendo ainda mais a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e a concretização da segurança alimentar e nutricional, especialmente entre os mais vulneráveis. Cabe ao Estado assumir a responsabilidade na garantia de políticas públicas para atuar no enfrentamento dessa questão social, promovendo o acesso à alimentação e a segurança alimentar partindo do pressuposto de que é um direito fundamental do ser humano. Além de atuar no monitoramento e verificação dos impactos dos programas e nas mudanças voltadas para essa problemática.

A não efetivação da política de segurança alimentar durante a crise sanitária atual é reflexo de retrocessos e desmontes ocorridos no período pré-pandemia comprometendo a capacidade de intervenção do Governo Federal no Contexto da Covid-19, como por exemplo o congelamento de gastos sociais, reformas trabalhista e previdenciária que afetam diretamente as condições de garantia da segurança alimentar.

A promessa da reforma trabalhista proposta no governo Temer era de aumento dos empregos e de desburocratização nas relações patrão-empregado. O resultado desse processo foi o aumento da informalidade e da precarização das condições de trabalho. Mesmo em um contexto de crise sanitária, a pandemia também foi marcada por um momento de enfraquecimento dos direitos trabalhistas. As plataformas digitais, que tiveram grande aumento no período de pandemia da Covid-19 em sua maioria ofertam trabalho de prestação de serviço e/ou venda de mercadorias – como a UBER, 99, Ifood, Rappi, lojas online de roupas e acessórios entre outros – com isso, as empresas donas dessas plataformas tratam as pessoas que utilizam delas para trabalhar como clientes ou colaboradores, no sentido de fazer com que o trabalhador não se sinta explorado, sendo que por outro lado nega vínculos empregatícios. Tudo isso impede o processo de reorganização da classe trabalhadora, pois agudiza os processos de precarização, fortalece a desvalorização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não oferecendo direitos trabalhistas básicos, como vínculo empregatício,

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e aposentadoria, fazendo com que os trabalhadores atuem desprotegidos legalmente sem tempo para se organizarem enquanto classe, pois quanto mais produz mais ganha, por isso, todo o tempo é voltado para o trabalho, para melhorar as condições de vida.

Para a população negra, pobre e periférica, essas condições de trabalho vinculadas à informalidade se fazem presentes bem antes desse contexto atual, mas agora frente a realidade do mercado de trabalho atual, das contrarreformas trabalhistas, nota-se novas formas de desigualdade laboral atrelado a um perfil heterogêneo, no sentido de que existem pessoas que sempre estiveram inseridas no mercado informal e outras que estão entrando no trabalho informal por meio das plataformas pela primeira vez. Dentro desse contexto de desemprego e precarização, as mulheres negras e pessoas mais velhas (que sofrem com os impactos das mudanças tecnológicas), são os mais afetados dentro desse sistema. Segundo Sueli Carneiro no seu livro “Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil”

As mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos (CARNEIRO, 2011, p. 120)

A problemática da fome está totalmente ligada ao aumento do desemprego, trabalho informal e também do baixo poder de compra, já que dos últimos 10 anos esse é considerado um dos menores salários. Segundo o relatório da ONU “Estado da insegurança alimentar e nutricional no mundo” em 2018, 820 milhões de pessoas passavam fome no mundo. Com o emprego informal atingindo 40,7% da população na pandemia da Covid-19, trabalhadores que vivem o que ganham diariamente não tem a opção de ficar em casa enquanto um emprego formal aparece, buscando alternativas de sobrevivência, aceitando ofertas de trabalho sem vínculo, mal pagas e com jornadas exaustivas, ficando ainda mais expostos ao vírus. Nesse conseqüente, dadas as condições atuais no mundo pela pandemia, onde a fome atingiu 19 milhões de brasileiros, identificamos que mulheres, pretos e pardos são os que mais estão vulneráveis a esse fator pela questão de gênero, de raça e também por não ter acesso a empregos formais. Em sua maioria, possuem os índices mais altos de insegurança grave, na qual a fome é uma realidade dentro de casa.

Em relação ao trabalho informal, diante do contexto da pandemia ocorre o seu aumento, dentre eles o trabalho por aplicativos. Com as mudanças dos avanços tecnológicos o capital tenta construir novas formas de exploração da classe trabalhadora. Para Amaral

está em curso um projeto de destruição, não só física, que caminha pari passu à devastação ambiental e à violenta extração da riqueza produzida, mas de possibilidades de construção de uma sociabilidade superior, que supere as relações de exploração e as opressões de todo tipo constitutivas do sistema capitalista. Este projeto se acelera e se agrava com a pandemia da COVID-19, e é precisamente nesse contexto e nessa fase de acumulação capitalista que avança a ofensiva do capital sobre o trabalho, com vistas a assegurar suas rentabilidade e produtividade, necessárias à sua dominação (AMARAL, 2021, p. 58).

Com a pandemia da Covid-19 e as medidas de lockdown o capital se reinventa em tempos de crise, utilizando o trabalho via aplicativos, o trabalho intermitente, o trabalho autônomo, o trabalho home office como “estratégias que visam produzir um sujeito-trabalhador que gestione individualmente seu tempo de trabalho e assuma os riscos decorrentes das suas atividades de forma natural” (AMARAL, 2021, 62). Diante disso, considerando essas formas de trabalho informal, precarizado e sem nenhum direito trabalhista que historicamente é destinado a classe trabalhadora, sobretudo a juventude periférica, mulheres, negros e negras que são submetidos a trabalho inferiores e de baixa remuneração, acabam sendo submetidos a esses serviços cada vez mais precarizados.

Ao pensar em novas formas de sociabilidade apresentadas pelo capital e nas novas maneiras de extrair o trabalho humano na era das tecnologias é imprescindível levantar o debate acerca da figura dos entregadores de aplicativos, principalmente os *bikeboys* que vem desempenhando atividades predominantes juvenil, negra e periférica. Diante da pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

percebe-se que o maior grupo racial entre os entregadores é o de negros com uma representação de 59,2%, enquanto brancos representam quase 40,0%. Interessante observar que o recorte racial para motoristas se apresenta em uma proporção de quase igual semelhança, na qual se tem 60,0% negros e 38,5% brancos. Quanto à análise de gênero, percebe-se, também, a homogeneidade na proporção entre homens e mulheres para ambas as categorias, sendo de 94,94% para homens e 5,06% para mulheres, na categoria entregadores, e 95,15% para homens e 4,85% para mulheres, na categoria motorista (IPEA, 2021, p. 5).

É notório, então, o perfil dos entregadores de aplicativo. Não é dissociável a questão da fome com a exploração do trabalho. Além das jornadas exaustivas, na maioria das vezes estão vinculados a mais de uma plataforma, porém, sem nenhum direito trabalhista. Além do pouco rendimento, tem que investir nas suas condições de trabalho como conserto da bicicleta ou moto, gasolina, manutenção, equipamentos de proteção. Sendo assim, esses trabalhadores enfrentam diversas expressões da questão social, dentre elas a fome.

4. AÇÕES DE COMBATE À FOME DESENVOLVIDAS POR MOVIMENTOS SOCIAIS EM PERNAMBUCO, SOB A PANDEMIA DA COVID-19

*“Com a barriga vazia eu não consigo dormir
E com o bucho mais cheio comecei a pensar
Que eu me organizando posso desorganizar”
(Chico Science).*

Neste capítulo traremos as ações de resistência e enfrentamento à fome no estado de Pernambuco durante a pandemia. Para isso mapeamos ações de combate à fome durante o período da pandemia da Covid-19 no ano de 2020 a 2021, em especial conduzidas por movimentos sindicais e populares no estado de Pernambuco.

4.1 MAPEAMENTO DAS AÇÕES DE COMBATE À FOME EM PERNAMBUCO

A campanha de solidariedade “quem precisa tem pressa”. A Central Única dos Trabalhadores de Pernambuco (CUT PE) realizou a campanha de solidariedade em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) e o Sindicato dos Bancários fazendo os sindicatos seu ponto de coleta fazendo a arrecadação de alimentos não perecíveis, material de higiene e limpeza, roupas, agasalhos, roupas de cama, lençóis e colchões entre outros. Além de pedido de doação em dinheiro para o Mãos Solidárias.

A Coalizão Negra por Direitos através do lançamento da campanha nacional “Tem Gente Com Fome” onde nos primeiro meses foram arrecadados R\$ 18 milhões e 130 mil famílias receberam ajuda e foram distribuídos mais de 54 mil cartões de alimentação, 29 mil cestas básicas e 55 mil cestas com produtos orgânicos nos 27 estados. Os recursos também ajudaram a garantir empregos e renda para armazéns e mercadinhos locais e para agricultores familiares. A campanha surge dentro das organizações do movimento negro e foi lançada em março de 2021 para enfrentar a fome e auxiliar famílias brasileiras no direito a alimentação e ainda está em vigência em 2022. Segundo a Coalizão “Tem Gente Com Fome” faz referência ao poema de mesmo nome do poeta, teatrólogo, cineasta, artista plástico e militante histórico do movimento negro brasileiro, Solano Trindade.

A Central Única das Favelas (CUFA) promoveu ações de mobilização e apoio aos moradores de favelas de todo o Brasil. A organização atua em mais de 5 mil favelas do país. Em Pernambuco, a CUFA prestou assistência a famílias que moram nas favelas da Região Metropolitana do Recife e que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. Grande

parte das famílias atendidas são compostas por pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, pois trabalhavam informalmente. A CUFA estava arrecadando alimentos não perecíveis, produtos de higiene pessoal e limpeza, roupas, móveis, brinquedos e livros. Além da criação da vaquinha solidária iniciada em março de 2020 com o título “Projeto Mães da Favela” organizado pela CUFA arrecadando R\$24.825,28 da meta de R\$70.000,00. Em 2020 a CUFA Pernambuco atendeu mais de 1.000 mães de favela com um auxílio de R\$240,00.

O Mãos Solidárias teve início em 2020 no início da pandemia com o Armazém do Campo do Recife, mantido pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que iniciou a produção de marmitas solidárias para pessoas em situação de rua. A campanha foi somando com diversas organizações, voluntários e movimentos populares no enfrentamento ao coronavírus através da solidariedade e pela vida do povo pernambucano.

O Centro De Desenvolvimento Agroecológico Sabiá é uma organização não governamental (ONG) com sede no Recife, Pernambuco, que trabalha para promoção da agricultura familiar nos princípios da agroecologia. Desenvolvendo e multiplicando a Agricultura Agroflorestal, também conhecida como Agrofloresta ou Sistemas Agroflorestais. A ONG desenvolve ações inovadoras junto ao trabalho com crianças, jovens, mulheres e homens na agricultura familiar. Diante do contexto de aumento da pobreza e retorno do país para o mapa da fome, o Sabiá vem atuando diretamente em 15 comunidades com a implantação e fortalecimento de hortas e quintais produtivos para produzir alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, acompanhando famílias visando um processo de formação em educação alimentar para a construção de novos hábitos alimentares. Com o intuito de que a sociedade viva em harmonia com a natureza e seja consciente, autônoma e participativa na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável. Dentre as comunidades acompanhadas pelo SABIÁ destacamos a Horta Dandara presente na comunidade de peixinhos, que foi campo de pesquisa do projeto “PROJETO: CONVERSANDO COM MULHERES NEGRAS PERIFÉRICAS E OS SEUS DESAFIOS À SOBREVIVÊNCIA”. O estudo definido pela pesquisa-ação, terá como sujeitos mulheres negras das comunidades da Ocupação Dandara. O estudo pretende analisar as necessidades das mulheres e partir da observação da dinâmica na horta urbana. Desse modo, serão elaborados roteiro de entrevista e protocolo de observação e promover oficinas sobre saúde, violência e inclusão digital.

O MTST realizou ações de solidariedade por todo Brasil. Segundo Souto, no seu artigo sobre “Solidariedade na pandemia da Covid-19: estratégias de resistência do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)” relata que ação política coletiva,

cooperação e empatia se encontram no necessário espaço do cuidado que se mostrou ainda mais indispensável para a sobrevivência da população. Diante do aumento dos índices de fome e insegurança alimentar, a criação de cozinhas solidárias como forma de lutar pelo direito à alimentação ganha destaque no contexto atual (SOUTO, 2021, p. 2).

Diante das ações de arrecadação de alimentos, produto de higiene e de limpeza na distribuição de cestas básicas, organização de uma cooperativa de costureiras para produção de máscaras de proteção pessoal, e as atividades das cozinhas comunitárias também ocorreu campanha de arrecadação de fundos pela internet iniciada em 19 de março de 2020 tendo como título “Fundo de emergência para Sem-Tetos afetados pelo coronavírus” arrecadando total de 1.247.088,31 segundo os dados da vaquinha iniciada e encerrada em 2020.

Em Pernambuco no período de 2020 ocorreram ações abrangendo as comunidades do Recife, dentre elas Alto José do Pinho, Água Fria, Campo Grande, Chão de Estrela, nas ocupações do posto, no Bairro de Campo Grande, e ocupação do Merhca, em Campina do Barreto. Também ocorreu ações no município de Olinda, no empreendimento de Peixinhos. As ações tinham como incentivo a entrega de cestas básicas, sendo uma das iniciativas que os movimentos adotaram para minimizar os reflexos da fome que assola as famílias em tempo de pandemia. Em relação à cozinha solidária, o MTST construiu a cozinha solidária em imóvel abandonado no Recife. A ocupação ocorreu em 17/05/2021 e está localizada na Vila Santa Luzia, além da distribuição gratuita de refeições de café-da-manhã e almoço para em média de 200 moradores do entorno, o projeto também conta com horta urbana.

Nessa parte do capítulo iremos abordar três campanhas de solidariedade que ocorreram diante da pandemia da Covid-19. Seleccionamos duas, pois, tivemos experiência diante do projeto de extensão denominado “Mãos Solidárias e Periferia Viva - a Universidade no enfrentamento à Covid-19 e em defesa da vida do povo”, no período de maio a agosto de 2020 e “Mãos Solidárias na comunidade: a Universidade na promoção de direitos no contexto da pandemia e pós pandemia” no período de julho de 2020 à fevereiro de 2021. Horta Dandara. E sobre as ações da Coalizão Negra por Direitos que ocorreram nas periferias de Pernambuco.

4.2 Ações do Mãos Solidárias: “O povo cuidando do povo”

O Mãos Solidárias, a campanha é a soma de diversas organizações, voluntários e movimentos populares no enfrentamento ao coronavírus através da solidariedade e pela vida do povo pernambucano. O “Mãos Solidárias” teve início em Março de 2020, com o projeto “Marmitas Solidárias”, organizando a distribuição de refeições para as pessoas em situação de rua do Recife. Diante das orientações da OMS de “fique em casa” a população de rua esteve desprotegidas, sendo assim, o MST começou a campanha da “Marmita Solidária” com intuito de fornecer as três refeições diárias com a entrega de aproximadamente 1.500 marmitas no Armazém do Campo que fica localizado no centro do Recife.

Com as ações desenvolvidas pelo MST outros movimentos sociais se somaram nas ações para além das entregas da marmita no centro do Recife e abrangeram diversas localidades do estado de Pernambuco, sendo assim o projeto foi ampliado e estadualizado a campanha “Mãos Solidárias”. As organizações que se somaram foram os movimentos e entidades que se articulam com o MST como a Frente Brasil Popular, Movimento dos Trabalhadores por Direito (MTD), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Levante Popular da Juventude, Periferia Viva, Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares, Via Campesina, Armazém do Campo, Pastoral da Juventude Rural, Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), Consulta Popular, Articulação Semiárido Brasileiro - ASA Pernambuco, Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá.

As ações vinculadas à Igreja como Arquidiocese de Olinda e Recife, Santa Casa de Misericórdia do Recife, Cáritas Brasileira Regional. As instituições de saúde e de ensino como a FioCruz, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFAPE, Universidade Católica de Pernambuco, Instituto Federal de Pernambuco - IFPE. Os sindicatos como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), FETAPE, SINDSEP-PE, Federação Única dos Petroleiros (FUP), Sindipetro PE/PB, Bancários de Pernambuco, SINTEPE, Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Pernambuco. E outros movimentos sociais como MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e Povo Sem Medo. As ações ocorreram no estado de Pernambuco, nas cidades de Recife, Olinda, Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Caruaru, Garanhuns, Petrolina, Vitória de Santo Antão, Palmares, Joaquim Nabuco, Gameleira, Aliança, Afogados da Ingazeira, Orocó, Santa Maria da Boa Vista e Serra Talhada.

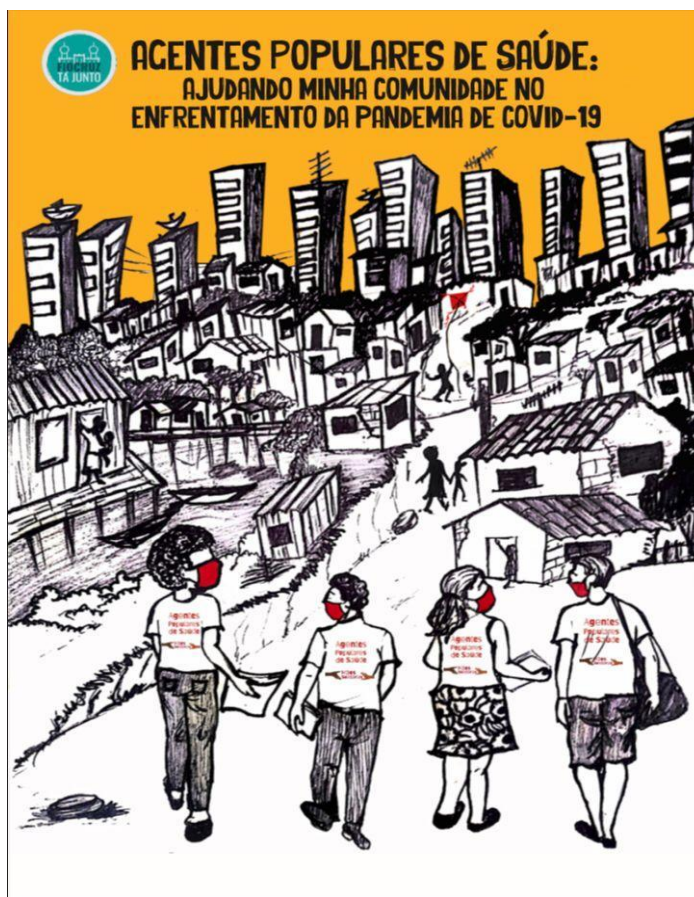
Diante dessas articulações entre organizações populares e movimentos sociais, em parceria com as universidades, desenvolveram estratégias para mitigar os efeitos decorrentes da crise humanitária. A Universidade Federal de Pernambuco em parceria com os Mãos Solidárias desenvolveu dois projetos de extensão intitulados “Mãos Solidárias e Periferia Viva - a Universidade no enfrentamento à Covid-19 e em defesa da vida do povo”, no período de maio a agosto de 2020 coordenado por Evelyne Medeiros Pereira, professora do departamento de Serviço Social (CCSA/UFPE) e o programa “Mãos Solidárias na comunidade: a Universidade na promoção de direitos no contexto da pandemia e pós pandemia” no período de julho de 2020 a fevereiro de 2021 coordenado por Ana Wlândia Silva de Lima, professora do Núcleo de Enfermagem (CAV/UFPE). Em relação aos projetos de extensão Lima et. al (2021) relatam

Com uma proposta de cunho político-organizacional, pautada em ações de solidariedade ativa e educação popular em saúde, o programa de extensão “Mãos solidárias na comunidade: a universidade na promoção de direitos no contexto da pandemia e pós-pandemia” envolveu discentes e docentes das diversas graduações da UFPE e parceiros externos que se organizaram em equipes interprofissionais. Estas integram-se às brigadas territoriais, fortalecendo as frentes de trabalho das campanhas “Periferia viva” e “Mãos solidárias” junto aos movimentos sociais em comunidades da periferia do Recife e Região Metropolitana e do interior de Pernambuco no segundo semestre de 2020. O foco principal foi a formação e organização dos Agentes Populares de Saúde (APS) para o desenvolvimento de iniciativas comunitárias de enfrentamento aos efeitos da pandemia na vida dos/as trabalhadores/as, tais como os bancos populares de alimentos, as hortas comunitárias, a assessoria jurídica para o acesso ao auxílio emergencial e demais serviços, além de iniciativas de comunicação popular que, junto às outras iniciativas, beneficiaram cerca de 80 mil pessoas. Além dos potenciais observados sobre o papel da universidade pública em tempos de pandemia para a formulação de políticas públicas, formação e qualificação profissional, a experiência extensionista revelou possibilidades, mesmo diante de tantos limites, de desenvolvimento de programas e projetos futuros que contemplem pautas e ações relevantes e de maior impacto social com efeitos imediatos, mas também permanentes, intermediadas pelo incentivo a uma educação e a uma organização popular que dialoguem e respondam aos anseios do nosso tempo histórico (LIMA et al., 2021, p. 264).

Sendo assim, atuaram no programa e nos projetos de extensão 54 estudantes, entre bolsistas e voluntários, sendo 46 do *campus* Recife e 8 do *campus* Vitória de Santo Antão. Em relação a área de formação dos estudantes extensionistas 33 eram da área das Humanidades, referentes aos cursos de Direito, Serviço Social, Letras, Pedagogia, História, Psicologia, Teatro, Ciências Sociais, Cinema, Rádio, TV e Internet, Geografia e Biblioteconomia; 16 da área de Saúde, referentes aos cursos de Medicina, Enfermagem, Odontologia, Ciências Biológicas, Educação Física, Saúde Coletiva e Nutrição; e 5 da área de Exatas, referentes aos cursos de Gestão da Informação, Engenharia da Computação e Engenharia Elétrica.

Com isso, os estudantes em conjunto com os militantes e moradores das comunidades onde o Mãos Solidárias estava inserido desenvolveu um curso intitulado “Curso de Formação de Agentes Populares de Saúde (APS): ajudando minha comunidade no enfrentamento da pandemia de Covid-19”, com certificado garantido pela UFPE.

Figura 1 - Cartilha Agentes Populares de Saúde



Fonte: Mélo (2020)

Esta cartilha de agentes populares de saúde encontra-se disponível para download no site da campanha, a cartilha foi desenvolvida com o apoio da FIOCRUZ. Além da apresentação do projeto a cartilha conta com os três módulos que foram debatidos nas comunidades de Pernambuco, sendo eles: Módulo 1 quem somos? O que conhecemos sobre o vírus?; Módulo 2 como cuidar da minha comunidade?; Módulo 3 sem direitos não dá pra ficar em casa!. Além do caderno de cadastro e acompanhamento das famílias. O objetivo foi capacitar os/as moradores/as das periferias com conhecimentos básicos para que a prevenção fosse possibilitada, além das trocas dos cuidados necessários para minimizar os riscos de transmissão do vírus.

No módulo 1 referente a "Quem somos nós e conhecendo o vírus", possuía como objetivo discutir sobre quem somos, qual era realizada a inserção na comunidade e levantamento do que poderia ser feito no território. Além da explicação e combate às *fakes news* de como foi o surgimento do vírus, suas características microbiológicas, como é a transmissão, sinais e sintomas e identificar quais os fatores e grupos de maior risco ao Covid-19 e também relatos sobre a prática de medidas de prevenção e proteção como o distanciamento social, lavagem das mãos e uso de máscaras.

Em relação ao módulo 2 "Como cuidar da minha comunidade?" tinha como objetivo apresentar quais são os grupos de risco para a Covid-19 e reconhecer as famílias de risco, orientação sobre como identificar síndrome gripal e como orientar as famílias nessa situação, o conhecimento da Rede de Atenção à Saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) e o fortalecimento da identidade de cada Agente Popular em Saúde enquanto um/a Educador/a Popular em Saúde.

Sobre o módulo 3 "Sem direitos não dá pra ficar em casa!" possuía como objetivo a discussão de estratégias e mobilização para coleta e distribuição de alimentos para a comunidade e os cuidados com a higienização dos mesmos; refletir formas de racionalizar o uso e armazenamento da água em contextos de escassez; a socialização de experiências solidárias de cuidado com a população em situação de rua no contexto da pandemia e reconhecer os serviços de apoio existentes no município; e a compreensão do que é o Auxílio Emergencial e outros benefícios estaduais e municipais de acesso à renda e os caminhos para acessar.

Após o encerramento dos módulos era feito o mapeado do perfil da comunidade e suas principais demandas, sendo assim, consolidava outras frentes de trabalho divididas em cinco áreas de atuação: Saúde, Trabalho e Renda, Direitos, Comunicação e Educação. E eram feitas as inserções dos estudantes, voluntários, militantes e moradores nas seguintes brigadas: (1) Organização de bancos populares de alimentos; (2) Organização e formação de agentes populares de saúde; (3) Organização e formação de juristas populares para facilitar acesso ao auxílio emergencial; (4) Construção de hortas comunitárias e agroecológicas e farmácias vivas; (5) Organização de grupos de economia solidária como organização de costureiras para confecção de máscaras; (6) Desenvolvimento de estratégias de comunicação popular; e (7)

Fortalecimento da luta por direitos à moradia digna, saneamento, água potável, gás de cozinha etc. Sobre as brigadas Lima et. al (2021) abordam que

As brigadas em cada território foram sendo desenvolvidas de acordo com as potencialidades identificadas e conforme o engajamento dos/as moradores/as em responder e garantir as exigências demandadas para a manutenção de cada frente de trabalho e atuação. O Banco Popular de Alimentos, por exemplo, além de exigir uma permanente organização coletiva para sua manutenção, demanda um espaço comunitário ou, até mesmo, a residência de um/a morador/a, onde possam ser realizadas as coletas, quinzenalmente ou mensalmente, e onde possa ser feito um acompanhamento e levantamento permanente das famílias mais vulneráveis para a entrega das doações. Isso para citar um exemplo de como todas as ações dependiam (e ainda dependem) fundamentalmente do envolvimento e do engajamento dos/as trabalhadores/as organizados/as, desde o planejamento até a execução.

Na saúde, atuou formando Agentes Populares de Saúde que têm a tarefa de acompanhar as famílias do bairro em que residem e também na construção das Farmácias Vivas em terrenos das comunidades. Em relação à Brigada de Direitos foi organizado um conjunto de profissionais, estudantes e militantes, especialmente do Direito e do Serviço Social, dispostos a orientar e socializar informações sobre o acesso ao auxílio emergencial e outros benefícios sociais como Auxílio Brasil e o BPC, dentre outros serviços e direitos da comunidade. Além da Assessoria Popular e Solidária que acompanha as demandas populares sobre questões jurídicas. Na do Trabalho e Renda, oferece oficinas de conserto de bicicletas, fabricação de sabão e montagem de som para a população em situação, além de organizar uma rede de costureiras que tecem as Máscaras Solidárias. Na comunicação, atuam na formação de comunicadores populares e na iniciativa das Bicicletas da Saúde que rodam os bairros onde existem ações, levando informações precisas e importantes sobre o combate à Covid-19 para a população em geral. Na categoria de alimentação, foi construída a Rede de Bancos Populares de Alimentos com dezenas de bancos descentralizados; distribuindo quase 300 mil Marmitas Solidárias além de cestas básicas com produtos produzidos pelo MST e doações de alimentos não perecíveis livre de agrotóxicos e também na construção de Hortas Populares Agroecológicas.

Em relação ao perfil do público do Mãos Solidárias, Lima et. al (2021) abordam que de julho a novembro de 2020, 85 facilitadores/as, dentre esses/as docentes e estudantes da extensão, formaram 714 APS em 81 comunidades de 17 municípios do Recife, da RMR e do interior do estado de Pernambuco, chegando até o sertão da Mata Norte, do Moxotó, São Francisco, Pajeú e Araripina. Ao todo, as ações beneficiaram uma população estimada de 20 mil famílias e 80 mil pessoas residentes nessas comunidades. Dentre os/as moradores/as dos

territórios que se tornaram APS, a maioria foi composta por mulheres 582 (82%) que aceitaram o convite para implementar cuidados básicos de saúde em sua comunidade. Essas foram capacitadas para, de forma simples, direta e objetiva, tendo como diretrizes a defesa do SUS, a solidariedade ativa e a educação popular e a mobilização dos demais moradores de sua comunidade para que, em articulação com o serviço de saúde local em suas comunidades, pudessem enfrentar a chegada do coronavírus, sabendo lidar com a doença, orientando medidas de prevenção e higiene individual e coletivas, procurando os serviços de saúde para comunicação e promovendo medidas de apoio às consequências provenientes do distanciamento social.

Sobre as contradições das ações desenvolvidas durante a pandemia da Covid-19, pois, embora seja o dever do Estado agir num quadro de calamidade pública, famílias estavam fadadas ao desemprego, fome e diversas outras expressões da questão social. Sendo assim, a solidariedade de classe se fez presente. Para Pereira, França, Barbosa Filho

Mesmo com a certeza de que as principais respostas ao enfrentamento à Covid-19 e a toda essa situação em que se encontra parte considerável da população brasileira devem ser de responsabilidade do próprio Estado, num quadro de calamidade pública, é também de fundamental importância as diversas ações de solidariedade de classe. Portanto, o quadro de desigualdades sociais no Brasil e suas consequências sobre a vida de milhões de trabalhadoras/es que não possuem condições básicas adequadas à prevenção orientada no combate à pandemia impulsionou diversas organizações da classe trabalhadora, movimentos sociais, entidades sem fins lucrativos, sindicatos e organizações não governamentais, a retomarem o significado da solidariedade (PEREIRA; FRANÇA, BARBOSA FILHO, 2021, p. 318).

Embora o Mãos Solidárias trabalhe com a solidariedade de classes, ao agregar outras entidades como a Igreja e o voluntariado se depara com práticas do assistencialismo. Segundo Araújo, a campanha, ao agregar em grande amplitude os sujeitos construtores, como entidades religiosas, voluntários da classe média, setores que trabalham com a caridade tradicional, além dos próprios movimentos sociais, acaba por se deparar com algumas práticas mais conectadas com o assistencialismo dentro da própria campanha, o que revela um verdadeiro “jogo de cintura” para agregar em torno das mesmas ações perspectivas distintas de solidariedade (ARAÚJO, 2021, p. 36).

Para além da campanha de solidariedade, os movimentos sociais que fazem parte da campanha Mãos Solidárias lutam pela Reforma Agrária. O MST tem como objetivo a luta pela terra, por reforma agrária e por transformação social, além da democratização pelo acesso à terra garantindo a função social da terra e direitos de demarcação para os povos

originários, comunidades tradicionais e trabalhadores e trabalhadoras do campo. Também trás em sua proposta produzir alimentos com o povo e para o povo, além da alimentação saudável livre de agrotóxicos e sementes transgênicas. Além dos movimentos sociais, ONGs e coletivos reivindicam também a renda básica como um direito permanente, fazendo presente no Comitê Popular pela Renda Básica Recife e pela Frente Ampla Estadual pela Renda Básica Pernambuco. A proposta de renda básica prevê valor mensal de R \$512,00, tendo como grupo prioritário moradores e moradoras de ocupações urbanas, famílias monoparentais chefiadas por mulheres com filhos e pessoas em situação de rua.

4.3 HORTA DANDARA - CENTRO SABIÁ

A Horta Dandara surge em 2020 como iniciativa da Campanha Mãos Solidárias e Periferia Viva Contra o Coronavírus (SABIA,2022). Foi criada durante a pandemia em Peixinhos, bairro periférico da zona norte do Recife, como resposta ao alto índice de insegurança alimentar durante a crise econômica e sanitária da Covid-19 e a negação do direito básico à alimentação. Formada em sua maioria por mulheres negras, o objetivo das Hortas Populares Agroecológicas é produzir alimentos livres de veneno e plantas medicinais para que famílias das comunidades possam reduzir os impactos, sobretudo de insegurança alimentar, gerados pela pandemia da Covid-19. Segundo dados disponibilizados pela Campanha Contra os Agrotóxicos, foram registrados 1.961 novos agrotóxicos pelo governo Bolsonaro até 20/09/2022 e 30% destes agrotóxicos são proibidos na União Europeia. **20%** destes agrotóxicos são considerados extremamente tóxicos para a saúde humana.

A Horta Popular Agroecológica Dandara é a primeira que está sendo implantada e será a unidade de referência para outras hortas que serão implantadas na Região Metropolitana do Recife (RMR). A Horta fica localizada dentro do Nascedouro de Peixinhos, que é um Centro Cultural e Desportivo. Foi inaugurado em 2006 na área do antigo matadouro. O prédio reformado para funcionar como teatro está desativado há cerca de três anos. O Nascedouro de Peixinhos subsiste apenas com a biblioteca comunitária, o Centro Social Urbano Eraldo Gueiros (ambos no mesmo bloco) e o Centro Tecnológico de Cultura Digital, instalado na torre do relógio do matadouro. A Horta nasce através da limpeza de um espaço localizado ao lado do prédio da biblioteca, que era utilizado para descarte de lixo e objetos. A ocupação do espaço é uma reivindicação do local como um espaço importante, abandonado pelo Estado mas que é utilizado pela comunidade para atividades culturais e outros.

A Horta Dandara é uma das iniciativas de solidariedade implementadas no ano de

2020, início da pandemia do coronavírus como uma alternativa popular de enfrentamento à fome, em uma parceria entre a Biblioteca Multicultural Nascedouro de Peixinhos, Centro Sabiá, Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, Marcha Mundial das Mulheres, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Consulta Popular, Nação Mulambo, Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato, moradoras das ocupações urbanas do entorno, dentre outras organizações. A iniciativa é de extrema importância no que se refere à construção de um projeto popular nacional já que é a junção campo e cidade tendo as mulheres negras como protagonistas da ação. Essa aliança se constitui também como uma ocupação do espaço urbano e uma luta da classe trabalhadora pelo direito básico à alimentação.

Figura 2: Horta Dandara



Foto: Darliton Silva – Acervo Centro Sabiá

4.4 COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS: “TEM GENTE COM FOME, DÁ DE COMER!”

A Coalizão Negra por Direitos é uma organização em prol ao movimento negro que é formada por mais de 200 associações, ONGs, coletivos, grupos e instituições. A organização foi formada em 2019 com a realização do 1º Encontro Internacional da Coalizão Negra por Direitos, em São Paulo, com a presença de mais de 100 associações, onde publicou seu manifesto.

A Coalizão Negra por Direitos atualmente abrange mais de 200 entidades. E quem compõem a Secretaria Operativa da Coalizão Negra Por Direitos entre 2020 e 2021 são Agentes de Pastoral Negros (APN's - Nacional), Centro de Convivência Negra (CCN – MA), Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa), O Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT – SP), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), ONG CRIOLA – RJ, GELEDÉS – SP, ILÊ OMOLU OXUM – RJ, Iniciativa Negra por Uma Nova Política Sobre Drogas (INNPd – SP), Centro de Documentação, Comunicação e Memória Afro-brasileira (IROHIN – BA), Mahin Organização de Mulheres Negras – BA, MARCHA das Mulheres Negras de SP, Movimento Negro Unificado – Nacional (MNU), Rede de Mulheres Negras de Alagoas, Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras e Saúde (RENAFRO – RS), União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (UNEAFRO), União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), Coletivo Sapato Preto – Lésbicas Negras Amazônidas – PA.

Durante a pandemia da Covid-19 a Coalizão Negra por Direitos fez várias ações nacionais e estaduais em defesa da população negra para a garantia do Auxílio Emergencial, Vacina para todos e todas pelo SUS e o direito à saúde pública, gratuita e de qualidade. Diante da “Carta aberta da Coalizão Negra por Direitos pela prorrogação do auxílio emergencial de 600 reais até o fim da pandemia e por vacina para todas e todos pelo SUS” publicada em 18 de fevereiro de 2021. Diante dessa carta, a Coalizão Negra por Direitos ressalta suas reivindicações e os índices de óbitos pela Covid-19 que atingiram majoritariamente a população negra e pobre do país. Além de ressaltar a importância da continuação do Auxílio Emergencial, reivindicando junto às autoridades públicas competentes, em nível municipal, estadual e federal, a manutenção da política de auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 (Seiscentos reais) até o final da pandemia no Brasil, além da luta pela garantia de uma renda básica. “Por fim, a Coalizão Negra por Direitos não abre mão da luta pelo estabelecimento de uma política de renda básica permanente como forma de garantir à sociedade brasileira uma alternativa de superação das consequências sociais e econômicas da pandemia do Covid-19” (COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS, 2021, p. 4).

Figura 3: Entrega de carta de reivindicações aos representantes da Câmara de

vereadores do Recife



Fonte: Articulação negra de Pernambuco (2021)

Além das reivindicações por documentos, organizações que compõem a Coalizão Negra por Direitos realizaram diversos atos por todo o país pelo direito à alimentação e à vacina. Em Pernambuco ocorreu o ato em frente a Assembleia Legislativa de Pernambuco em seguida a Coalizão Negra por Direitos protocola na assembleia legislativa de Pernambuco e na Câmara Municipal de Olinda proposta de lei para manutenção do Auxílio Emergencial no estado.

Figura 4: “Ato nacional por comida e por vacina, auxílio emergencial já!”



Fonte: Articulação negra de Pernambuco (2021)

As ações realizadas pela Articulação Negra de Pernambuco (ANEPE) em parceria com a campanha “Tem Gente Com Fome” realizaram as distribuições de cestas básicas com produtos agroecológico da Coordenação Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco (Conaq) e cartões de alimentação. Em conjunto com a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas foram beneficiadas mulheres e familiares de pessoas privadas de liberdade e mulheres trans e travestis. Além das entregas nas comunidades de Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe, Paulista e Ipojuca.

Em Camaragibe a iniciativa do Projeto “Favelas Camarás Unidas Contra o Coronavírus” tem como objetivo levar informações adequadas sobre o vírus da Covid-19 e doações para as favelas da cidade de Camaragibe. O projeto tem sido concretizado através do Coletivo de Juventude Negra Cara Preta, Associação Mulheres Guerreiras de Camaragibe e o movimento Ocupe a Praça Camará e que esteve presente estudantes do Curso de Serviço Social da UFPE.

Em parceria com os Agentes Populares de Saúde formados pelo Mãos Solidárias ocorreu a realização da formação do “Curso de Formação de Agentes Populares de Saúde” na comunidade de Bondade de Deus 2, periferia de Camaragibe. Além da formação, ocorreram as entregas das doações das cestas de produtos agroecológicos produzidos pelo MST e distribuídos em parceria da Favelas Câmaras e Mãos Solidárias.

Figura 5: Formação de Agentes Populares de Saúde na comunidade Bondade de Deus 2 - Camaragibe



Fonte: Favelas Camaras (2020)

Além da parceria com o Mãos Solidárias, o Favelas Câmaras fizeram ações solidárias com o “Tem Gente Com Fome” nas entregas de cestas agroecológicas e cartão alimentação no valor de 142 reais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se debater como a partir do capitalismo, racismo e a fome são problemáticas estruturantes na sociedade brasileira. Diante do exposto nesta monografia, é necessário considerar as principais questões que foram expostas e se fazem necessário aprofundamento, pois não seria possível dar conta de todas as dimensões e formas de resistência à fome no Brasil.

Durante a crise econômica e sanitária, causada pela pandemia da Covid-19, se agrava a problemática da fome no Brasil que atinge grande parte da população, sobretudo as famílias chefiadas por mulheres negras. O desprezo governamental diante dos altos índices de insegurança alimentar e também do aumento da pobreza trazem graves rebatimentos que aumentam a vulnerabilidade social e demonstram a organização da classe trabalhadora, que atua no combate à fome através da distribuição de alimentos e criação de hortas populares agroecológicas.

O modo de produção capitalista tem como essência a acumulação de lucros em detrimento da exploração do trabalho. Nessa perspectiva a produção de alimentos é voltada para atender os objetivos do mercado consumidor e não possui o comprometimento com o combate à fome, que é uma das expressões da questão social, efeito desse modo de produção. Nessa perspectiva surgem movimentos e organizações da sociedade civil comprometidos com a distribuição e plantação de alimentos saudáveis como tentativa de combate à insegurança alimentar.

A exploração do trabalho está diretamente ligada à problemática da fome, através da perspectiva de que com o aumento do valor dos produtos alimentícios e também do desemprego crescem os níveis de insegurança alimentar. É importante ressaltar que a Pandemia acentua problemáticas já presentes na sociedade brasileira, como pobreza, desemprego e fome. Durante os governos Lula e Dilma observa-se grandes avanços como a saída do país do mapa da fome e a implementação de programas sociais como o plano “Fome Zero”, onde famílias que viviam com menos de meio salário mínimo tinham direito a um cartão alimentação de R\$50. Com o fim do programa se tem a implementação do Bolsa Família, programa que unificou os quatro programas de transferência de renda: cartão-alimentação, bolsa alimentação, bolsa-escola e vale-gás. No fim dos governos petistas a crise econômica atinge o Brasil e se tem a redução do crescimento econômico além do golpe de 2016 que ocasiona contrarreformas dos direitos sociais e trabalhistas, além das

privatizações do fundo público. A partir de 2016 com o governo Temer o país é marcado por um conjunto de reformas e desmontes dos programas sociais. Os dados levantados demonstram a necessidade sobre a ampliação do debate na sociedade civil e em organizações populares, para criar força política capaz de se contrapor aos interesses das corporações multinacionais e do agronegócio, e exigir alimentos de qualidade, social, econômica e ambientalmente sustentáveis para todos, de acordo com o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

O trabalho intencionou destacar elementos de resistência e luta da população brasileira, sobretudo negra, através de três experiências Horta Dandara, Projeto Mãos Solidárias e Coalizão Negra por Direitos: “Tem Gente com Fome, Dá de Comer!”. As formas de resistência à fome, pobreza e desemprego fazem parte da história do país desde sua colonização e tomam força durante o governo Bolsonaro, sobretudo na Pandemia da Covid-19, onde se intensificam as expressões da questão social. Enquanto isso, a população pobre e negra permanece na luta, diante dos mais variados espaços ocupacionais, para seguir contra a corrente dos ditames impostos que aprofundam as desigualdades sociais no país. A partir disso se faz necessário o incentivo à vivências de produção de alimentos orgânicos como as hortas populares, que são alternativas de aproximação da cidade e campo e também formas de conscientização sobre agricultura familiar. Também é importante a pauta sobre a criação de um sistema alimentar a partir das necessidades da população brasileira e o fortalecimento de bancos de distribuição de alimentos, marmitas e cozinhas solidárias.

O neoliberalismo, em sua essência tende a naturalizar as desigualdades, colocando Estado numa atuação mínima perante os interesses da sociedade, o que nos confirma Marx e Engels no Manifesto Comunista (2005, p. 28) predizendo: “o estado como comitê administrativo dos interesses comuns da burguesia”, que na contemporaneidade reafirma os espaços de poder, de disputa ideológica, constituindo processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais, em favor da manutenção da reprodução das relações sociais. Sendo assim, compreendemos que a problemática da fome é resultado das relações capitalistas de produção e das desigualdades sociais que estruturam o país desde a colonização. E por mais que se tente essas estruturas só poderão ser modificadas através de outras formas de sociabilidade, já que no formato do capitalismo não há possibilidade real de transformação.

REFERÊNCIAS

ABESS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996).

Agentes populares de saúde: ajudando minha comunidade no enfrentamento da pandemia de Covid-19 / Coordenação Lívia Milena Babosa de Deus e Mélo ... [et al.]. - Recife: Fiocruz-PE, 2020.

Agricultura Urbana: Produzindo comida de verdade e gerando qualidade de vida. **Centro Sabia**, 23 de fev de 2021. Disponível em: <<https://centrosabia.org.br/2021/02/23/agricultura-urbana-produzindo-comida-de-verdade-e-gerando-qualidade-de-vida/>>. Acesso em: 12/03/2022.

AMARAL, Angela Santana do. As sociabilidades necessárias ao capital: o trabalho em migalhas no contexto da pandemia da Covid-19. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 19, n. 48, 2021.

AMARAL, Angela Santana do. Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas/Structural precariousness and exploitation of the workforce: contemporary trends. **Argumentum**, v. 10, n. 3, p. 244-256, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/19549>> Acesso em: 06 de mai. 22

ARAÚJO, Viviane Gomes de. A SOLIDARIEDADE NO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19 EM RECIFE-PE. 2021. 47 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

ARCOVERDE, A. C. B. (2007) **Serviço Social e questão social na globalização**. Texto para o concurso Professor Titular do Departamento de Serviço Social da UFPE.

ARTICULAÇÃO NEGRA PERNAMBUCO. Recife. 20 de fevereiro de 2021. Instagram: @articulacaonegrape. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CLh_5vzL5BL/?igshid=MDlmYmQ2NmI=>. Acesso em: 12 de outubro de 2022.

BEZERRA, Cristina Simões. A questão agrária no Brasil e os desafios contemporâneos ao Movimento dos Sem Terra: uma análise sobre estratégias produtivas e políticas do movimento. **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. Maria Beatriz Abramides, Maria Lúcia Duriguetto, (orgs.). São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União, Brasília, 5 fev. 2010b.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2006; 16 set.

BRASIL. Lei 11.346 de 15 de setembro 2006, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 02 novembro de 2022.

BRAZ. Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 111, 2012.

Campanha Contra os Agrotóxicos. Disponível em: <<https://contraosagrototoxicos.org/base-de-conhecimento/dados-sobre-agrototoxicos/>> Acesso em: 20/09/2022

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil / Sueli Carneiro — São Paulo : Selo Negro, 2011.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

Centro Sabiá. Contra a fome mulheres da Horta Popular Agroecológica Dandara participam de mutirão e roda de diálogo, 2022. Disponível em: <<https://centrosabia.org.br/2022/03/11/contra-a-fome-mulheres-da-horta-popular-agroecologica-da-dandara-participam-de-mutirao-e-roda-de-dialogo/#:~:text=A%20Horta%20Popular%20A>>

[groecol%C3%B3gica%20Dandara.para%20que%20fam%C3%ADlias%20da%20comunidade](#)

> Acesso em: 08 /09/2022

CHAGAS, Caio. Campanha ‘Tem Gente Com Fome’ distribui 3 toneladas de alimentos em 10 estados no Dia Mundial da Alimentação. **Coalizão Negra por Direitos**. Disponível em: < <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/2021/10/20/campanha-tem-gente-com-fome-distribui-3-toneladas-de-alimentos-em-10-estados-no-dia-mundial-da-alimentacao/>>. Acesso em: 23 de março de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética do/a Assistente Social. Aprovado em 13 de março de 1993 com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf

_____. Lei nº 8.662, de 7 de Junho de 1993 Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf

COSTA, Selma Frossard (2005). O Serviço Social e o Terceiro Setor; ***Serviço Social em Revista***. Volume 7 - Número 2 (Jan/Jul 2005) Londrina. Disponível em <https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_selma.htm> Acesso em: 01/05/2022.

DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. Movimentos sociais e serviço social [livro eletrônico]: uma relação necessária / Maria Beatriz Abramides, Maria Lúcia Duriguetto, (orgs.). São Paulo: Cortez, 2015.

EVARISTO, Conceição. Olhos d’água / Conceição Evaristo. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FAVELAS CAMARAS. Camaragibe. 13 de agosto de 2020. Instagram: @favelascamaras. Disponível em:< https://www.instagram.com/p/CD18ZN6FIj_/?igshid=NjZiMGi4OTY=>>. Acesso em: 12 de outubro de 2022.

FARIAS, Eny Kleide Vasconcelos. Maria Felipa de Oliveira, Heroína da Independência da Bahia. Salvador: Quarteto, 2010.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. Agonia da Fome. Salvador: Edufba, 2003

Fome atingiu 19 milhões de brasileiros na pandemia, segundo pesquisa nacional inédita. **Oxfam Brasil**, 05 de abr. de 2021. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-atingiu-19-milhoes-de-brasileiros-na-pandemia-segundo-pesquisa-nacional-inedita/>>. Acesso em: 16/03/2022.

Fome aumenta o mundo devido à pandemia, crise climática e conflitos armados. **Oxfam Brasil**, 08 de jul. de 2021. Disponível em <<https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-aumenta-no-mundo-devido-a-pandemia-crise-climatica-e-conflitos-armados/>> . Acesso em: 14/03/2022.

GOHN, Maria da Glória. Rev. Mediações, Londrina, v. 5 , n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. São Paulo: Marco Zero, 1982.

IAMAMOTO, Marilda V. (2011). A questão social no capitalismo; Revista Temporalis. Ano 2, n. 3. (jan/jul.2011) Brasília: ABEPSS, Graflin.

IANNI, Octavio. Raças e Classes Sociais no Brasil. São Paulo: editora brasiliense, 1987.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Segurança alimentar 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>> Acesso em: 07 de julho de 2021.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD COVID-19**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101763.pdf>> Acesso em: 02 de setembro de 2022.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo – diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

LACERDA, Nara. Trabalhadores e trabalhadoras vão às ruas para exigir ações de combate à fome. **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/13/trabalhadores-e-trabalhadoras-vaio-as-ruas-para-exigir-acoes-de-combate-a-fome?msclkid=5c612e91af0011ec8589832708985304>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

LIMA, A. W. S. de. et al. Universidade e movimentos sociais: a organização popular no enfrentamento à pandemia em Pernambuco. In: OUSSAMA, N.; ANDRADE, A. D. de (Orgs). Enfrentamento à Covid-19: ações da Pró-reitora de extensão e cultura da UFPE. Editora UFPE, v. 3, p. 261 – 290, Recife, 2021.

MARX, K. Manifesto comunista. Org. de Osvaldo Coggiola. 4a reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K. O Capital. v. 1, 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985, Cap XXIII.

MATOS, Douglas. O que é insegurança alimentar? **Brasil de Fato**, 29 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/06/29/a-inseguranca-alimentar-e-uma-violacao-de-direitos-diz-nutricionista>>. Acesso em: 23/03/2022.

MATTOS, Marcelo Badaró. Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008. Introdução.

MATTOS, Marcelo. Tá osso! A “Ponte para o Futuro” era “Ponte para o Atraso”, “Ponte para a Tragédia”. **Carta Campinas**, 07 de out. de 2021. Disponível em: <<https://cartacampinas.com.br/2021/10/ta-osso-a-ponte-para-o-futuro-era-ponte-para-o-atraso-ponte-para-a-tragedia/>>. Acesso em: 2 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE - Diretrizes da PNAN, Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Disponível em < [Portal da Secretaria de Atenção Primária a Saúde](#) > Acesso em: 20/03/2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde; 2014. Disponível em < [Portal da Secretaria de Atenção Primária a Saúde](#) > Acesso em: 20/03/2022.

MOVIMENTOS DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES POR DIREITOS (MTD). **Proposta para a construção de uma Política de Solidariedade do Campo do Projeto Popular.** 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunistas/movimento-de-trabalhadoras-e-trabalhadores-por-direitos>. Acesso em: 15 nov. 2020.

MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: Editora Anita, 1994. 85-146.

MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: editora ciências humanas LTDA, 1990. Capítulo 1.

MTST. **Fundo de emergência para Sem-Tetos afetados pelo coronavírus.** Disponível em: <<https://www.vakinha.com.br/vaquinha/ajude-os-sem-teto-a-enfrentar-o-coronavirus>>. Acesso em: 2 nov. 2022.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. 3.ed. São Paulo, Cortez: 2007.

NETTO, José Paulo. (2004). Cinco notas a propósito da questão social. p.41-50. In: Revista Temporalis 03, Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia.

OLIVEIRA, Dennis de. Racismo Estrutural: Uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

ONU. Estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil. Relatório 2014. Brasília, agosto de 2014.

Olhe para a fome. **Oxfam Brasil.** Disponível em: <<http://olheparaafome.com.br/>> Acesso em: 07 de julho de 2021.

PEREIRA, E. M.; FRANÇA, G. S. de; FILHO, I. O. B. Universidade, solidariedade e movimentos sociais no contexto da pandemia. In: SOARES, R. C.; MELO, D. C. S. de; VIEIRA, A. C. de S. (Orgs). Serviço Social no Enfrentamento à Covid-19. Editora UFPE, p. 334 – 355, Recife, 2021. No prelo.

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. Editora Brasiliense, 2012.

REDE PENSSAM. 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Disponível em <<https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>> Acesso em: 08 /09/2022

Renda Básica Pernambuco Frente Ampla pela Renda Básica. **Meu Recife**. Disponível em: <<https://www.rendabasicapernambuco.meurecife.org.br/>>. Acesso em: 01 de maio de 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis, Vozes, 1976.

SOUTO, Luisa. Solidariedade na pandemia da Covid-19: estratégias de resistência do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Revista Desigualdade & Diversidade, n. 20, 2021, p. 98 - 114.

Tem gente com fome e outros poemas, Antologia Poética. Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1988.

TOLEDO, Cecília. Mulheres, o gênero nos une, a classe nos divide, 2ª edição. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

TOLEDO, Cecília. Gênero e Classe, Organizado por Alicia Sagra. São Paulo: Sundermann, 2017

I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: I VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2020. -- (Análise ; 1) PDF.

II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. -- (Análise ; 1) PDF.